

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 05/10/2020.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Thiago Aparecido Cetroni

**PROGRAMA PROINFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MONTE
ALTO - SP**

**FRANCA
2018**

THIAGO APARECIDO CETRONI

**PROGRAMA PROINFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MONTE
ALTO - SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de Concentração: Desenvolvimento Social. Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes
Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Bovério

**FRANCA
2018**

Cetroni, Thiago Aparecido.
PROGRAMA PROINFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA
CIDADE DE MONTE ALTO - SP / Thiago Aparecido Cetroni.
-- Franca,2018
326 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes.
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Bovério.

1. Programa Proinfância.
2. Desenvolvimento social.
3. Educação infantil.
4. Políticas públicas.

THIAGO APARECIDO CETRONI

**ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO EDUCACIONAL:
PROGRAMA PROINFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MONTE
ALTO - SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *campus* de Franca, para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, área de Concentração: Desenvolvimento Social. Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus Araraquara/SP

1º Examinador:

Prof.^a Dr.^a. Hilda Gonçalves- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus Franca/ SP

2º Examinador:

Prof.^a Dr.^a. Alessandra David – Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP

Franca, 05 de outubro de 2018.

Dedico a todos que acreditam na
força transformadora da educação e
na necessidade de semear a
esperança, na construção de um
caminho que levem as pessoas à
política, para que saiam da
indiferença, e sejam protagonistas
de seus caminhos, de seu futuro, de
suas vidas e do bem comum.
Aos meus amigos, minha mãe e
principalmente minha esposa, pelo
apoio, compreensão e renúncia ao
longo deste caminhar acadêmico
que muitas vezes pareceu
interminável.

AGRADECIMENTOS

A Deus por conceder cada dia da minha vida para que pudesse chegar ao término do Mestrado com fé, esperança e caridade.

À minha esposa Shelly, pela paciência e compreensão nos dias em que não pude estar ao seu lado devido ao desenvolvimento deste trabalho.

A minha mãe Maria Inês que sempre soube com paciência apoiar-me em todos os momentos importantes e difíceis de minha vida.

Aos amigos e familiares pela compreensão do afastamento no período da formação acadêmica e pela torcida sempre carinhosa.

Aos funcionários da UNESP – Campus de Franca que despercebidamente passaram por nossas vidas durante o período de nossa formação, mantendo nossa faculdade dentro dos padrões de limpeza e qualidade, disponibilizando assim um ambiente agradável e seguro para nosso maior conforto.

Aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, Profa. Dra. Célia Maria David, Profa. Dra. Hilda Gonçalves e Profa. Dra. Alessandra David pelas contribuições quanto à organização racional desta pesquisa.

Aos professores Doutores, Álvaro Martim Guedes e Maria Aparecida Bovério, pelo companheirismo, disponibilidade e por sempre me motivarem a continuar perseverante no desenvolvimento da pesquisa.

Os servidores públicos e familiares das crianças atendidas que participaram respondendo ao questionário aplicado nesta pesquisa, sem as quais não poderíamos atingir os objetivos almejados.

Aos Professores, Direção e Coordenação, que souberam administrar a unidade de forma coesa para o bom desempenho dos graduandos, de maneira especial, agradeço ao Erick Vivan, da seção técnica, pelo atendimento sempre eficiente e empático para com todos.

Por último, mas não menos importante, aos meus colegas de turma, de forma especialíssima, aos caroneiros Paulo Mermejo, Hugo Berlingeri Campos, Marcos Morise, Tais Otsuko, Thais Franzão e Lindinara Vieira, por todos os bons acontecimentos que passamos juntos, pela extensão do aprendizado nos lanches, nas estadias ou mesmo nas viagens de ida e volta, momentos que jamais esqueceremos.

“Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do Homem.”

Carlos Drummond de Andrade

CETRONI, Thiago Aparecido. Programa Proinfância: um estudo de caso na cidade de Monte Alto - SP. 2018. 326f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

RESUMO

Este estudo decorre da observação da realidade educacional da primeira infância no município de Monte Alto, no Estado de São Paulo. Foram realizadas análises da literatura que trata da temática e das informações oriundas do Ministério da Educação. Foi contextualizada a evolução no atendimento da primeira infância, por meio de sua história, encaminhamentos, marcos legais e importância social. Foram também retratadas as diferentes abordagens sobre o programa, presentes no banco de teses e dissertações da CAPES, e sistematizados os dados relativos ao Programa. O setor educacional do município foi caracterizado por meio de análise documental e foi descrito o processo de implementação do Programa no município. Houve, também, entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais, entrevistas abertas com *stakeholders* e questionário com perguntas fechadas, dicotômicas, tricotômicas e de múltipla escolha para os responsáveis das crianças matriculadas. Com essas foi possível identificar e analisar o perfil das famílias atendidas e a percepção em relação à estrutura e ao atendimento da unidade do Proinfância. Com base nos dados obtidos nesta pesquisa, é retratado o funcionamento do Programa Proinfância na cidade de Monte Alto. Por conclusão, há a proposição de ações para que futuras decisões sejam voltadas à universalização do atendimento educacional nos primeiros anos da criança, em especial, do programa Proinfância.

Palavras-chave: Programa Proinfância; Desenvolvimento social; Educação infantil; Políticas públicas.

CETRONI, Thiago Aparecido. **Proinfância Program: a case study in the city of Monte Alto - SP**. 2018. 326f. Dissertation (Master's Degree in Planning and Analysis of Public Policies) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

This study emerges from the observation of the educational reality from the first infancy of Monte Alto, a small town in the countryside of São Paulo state. The theory used to conduct this study is the analyses of the literature that deals with the theme here presented, as well as information that come from the Education Ministry. At first, it was attempted to contextualize the evolution in the attendance of the first infancy, discoursing about its history, routings, its legal marks and social importance, undertaking in retreating the different approaches about the program constants in the theses and dissertations of CAPES database, so that following this, it was possible to systemize the data specified from this Program. Secondly, through documental analyses it was presented the main characteristics from the educational sector and from the city selected for the research field, describing all the process of the public politics implantation in this city. It was also used interviews semi-structured for the municipal managers; open interviewd with stakeholders and a questionnaire with closed, dichotomic, trichotomic and multiple choice questions for those responsible for enrolled children, with the purpose of identifying and analyzing the profile of the families served, as well as the perception regarding the structure and attendance of the Proinfancia unit. Based on the data obtained in this research, it is expected to present an overview of the operation of the Proinfância Program in the city of Monte Alto-SP, and, from this, propose actions to the municipal government instances so that their future decisions are guided to the development of public policies for the universalization of educational care in the first years of the child, in particular, the Proinfancia program.

Keywords: Proinfância Program; Social development; Basic Education; Public politics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Percentual de crianças de 0 meses a 5 anos atendidas pelos Estados brasileiros.....	22
Quadro 2: Distribuição das ações que compõem o PDE	53
Quadro 3: Organização do Programa Proinfância.....	57
Quadro 4: Lista de Dissertações identificadas na base de dados da Capes.....	66
Quadro 5: Lista de Teses identificadas na base de dados da Capes.....	91
Quadro 6: Informações iniciais das escolas de Primeira Infância do município de Monte Alto/SP.	148
Quadro 7: Equipe Técnica Administrativa da EMEB “Laís Amanda Adriano”	158
Quadro 8: Equipe de Agentes de Educação Infantil da EMEB “Laís Amanda Adriano”	159
Quadro 9: Equipe Operacional da EMEB “Laís Amanda Adriano”	159
Quadro 10: Alunos matriculados na EMEB “Laís Amanda Adriano”	160
Quadro 11: Quadro Geral dos indicadores, ações e quantidade de sub ações de cada dimensão do PAR(2007-2011) do município de Monte Alto com pontuação inferior a 3.	167
Quadro 12: Detalhamento do Indicador 5 e sub ação 4 que permitiu a adesão do município ao Proinfância	176
Quadro 13: Quadro Resumo dos aditivos ao Contrato Administrativo nº 19/2011 ..	188
Quadro 14: Quadro das medições realizadas pela engenharia e pagamentos efetuados pela contabilidade.....	197
Quadro 15: Quadro Comparativo do valor aditado no reequilíbrio econômico e do valor efetivamente pago na medição do item estrutura em madeira para cobertura.	201
Quadro 16: Quadro das vistorias inseridas no SIMEC para o Convênio da construção da unidade do Proinfância.....	202
Quadro 17: Quadro Comparativo da evolução do volume contrato registrado no SIMEC e nas medições constantes no processo do departamento de licitação para efeito de pagamento.....	205
Quadro 18: Quadro Resumo das Inconformidades e Restrições registrados no SIMEC	211
Quadro 19: Identificação e delimitação das ações financiadas dos dois primeiros itens do termo de compromisso	228

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado de São Paulo com indicação do município de Monte Alto	118
Figura 2 - Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto	118
Figura 3 - Vista do saguão principal da Rodoviária - última revitalização foi em 2013	120
Figura 4 - Vista aérea da WEG Cestari – uma das grandes empresas do município	121
Figura 5 - Fachada da Fábrica 1 da multinacional Hutchinson – a empresa possui quatro unidades no município (três em funcionamento).....	121
Figura 6 - Fachada da unidade Fugini no município – empresa de origem local: destaca-se nacionalmente no ramo, possuindo uma unidade também na cidade de Cristalina/GO.....	122
Figura 7 - Tela do SIMEC da primeira vistoria inserida	194
Figura 8 - Aba Restrições e Inconformidades do SIMEC	209
Figura 9 - Destaque da porcentagem efetuada da cobertura na vistoria realizada em 25 de agosto de 2013.....	217
Figura 10 - Detalhe do campo para inserção das fotos da vistoria realizada em 25 de agosto de 2013 que mostra todo o pátio já coberto com telhas cerâmicas, sem a presença de telhas de vidro.	218
Figura 11 - Registro da inconformidade da cobertura da passarela no SIMEC.	219
Figura 12 - Envio das providências tomadas pelo município em relação a inconformidade da cobertura da passarela.	219
Figura 13 - Mapa de Monte Alto com localização da unidade do Proinfância e bairros atendidos.....	232
Figura 14 - Fachada da unidade do Proinfância construída no município de Monte Alto/SP	234
Figura 15 - Vista lateral da fachada da unidade do Proinfância construída no município de Monte Alto/SP	235
Figura 16 - Porta principal que mostra a “Turma da Mônica”, como a temática utilizada para decorar a unidade do Proinfância no município de Monte Alto/SP	235
Figura 17 - Pátio descoberto com teatro de arena	236
Figura 18 - Mesas no pátio coberto que é utilizado como refeitório	236
Figura 19 - Sala de TV, vídeo e leitura.....	237
Figura 20 - Espaço de permanência para atividades e brincadeiras internas em um dos blocos pedagógicos.....	237
Figura 21 - Sala de para banho das turmas do berçário I	238
Figura 22 - Sala do Sono	238
Figura 23 - Pátio Coberto com a tela de proteção contra pássaros instalada.	244
Figura 24 - Aberturas do Pátio Coberto vedadas com material acrílico.	245
Figura 25 - Gráfico sobre parentesco do entrevistado com a criança matriculada na unidade do Proinfância.....	247
Figura 26 - Gráfico da faixa etária dos entrevistados	248
Figura 27 - Gráfico da escolaridade dos entrevistados	248
Figura 28 - Gráfico do percentual de pessoas que residem na casa	249
Figura 29 - Gráfico do total das crianças que residem no imóvel.....	249
Figura 30 - Gráfico da quantidade de pessoas da residência que trabalham	250
Figura 31 - Gráfico da faixa salarial da família	251
Figura 32 - Gráfico da espera na lista pra obtenção de vaga.....	251

Figura 33 - Gráfico do tempo de espera para obtenção da vaga	252
Figura 34 - Gráfico da frequência escolar da criança antes do Proinfância	253
Figura 35 - Gráfico das mães empregadas e desempregadas	253
Figura 36 - Gráfico da Interferência da oferta de vaga com emprego das mães	254
Figura 37 - Gráfico da percepção do entrevistado em relação ao desenvolvimento motor da crianças após matricula no Proinfância.....	255
Figura 38 - Gráfico da percepção do entrevistado em relação ao desenvolvimento socioafetivo da crianças após matricula no Proinfância.....	255
Figura 39 - Gráfico da percepção do entrevistado em relação ao desenvolvimento cognitivo da crianças após matricula no Proinfância.....	256
Figura 40 - Gráfico do percentual de entrevistado que conhecem a estrutura da unidade	257
Figura 41 - Gráfico da avaliação da estrutura do pátio e da área ao ar livre	257
Figura 42 - Gráfico da avaliação da estrutura do playground.....	258
Figura 43 - Gráfico da avaliação da estrutura da área coberta	258
Figura 44 - Gráfico da avaliação da estrutura do acesso às salas	259
Figura 45 - Gráfico da avaliação da estrutura das salas de aulas.....	259
Figura 46 - Gráfico da avaliação da quantidade de crianças por turma	260
Figura 47 - Gráfico da avaliação dos materiais de ensino/aprendizagem e dos espaços para atividades	261

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI	Agente de Educação Infantil
APO	Avaliação Pós-Ocupação
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
BDI	Benefício e Despesas Indiretas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
COEDI	Coordenação Geral de Educação Infantil
CTN	Código Tributário Nacional
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DPE	Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
FACED	Faculdade de Educação
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
FUNADEM	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção, Desenvolvimento e Valorização do Magistério da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção, Desenvolvimento e de Valorização do Magistério do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Indicadores Demográficos e Educacionais
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica
PPP	Projeto Político Pedagógico
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMVA	Região Metropolitana do Vale do Aço
SEB	Secretaria de Educação Básica
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação no Brasil.
SME	Secretaria Municipal de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. METODOLOGIA.....	29
3. CONCEPÇÕES SOBRE OS PRIMÓDIOS DA EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA.	36
3.1 A primeira infância.....	37
3.2 O Plano de Desenvolvimento da Educação	47
3.3 Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação	55
3.4 O Programa Proinfância	56
3.5 O Plano de Ações Articuladas (PAR)	60
4. O PROINFÂNCIA NA BASE DE DADOS DA CAPES	63
4.1 Aspectos metodológicos da pesquisa e critérios de análise dos dados	63
4.2 Análises do Proinfância sob o olhar dos pesquisadores	65
4.3 Considerações sobre as diferentes abordagens do Proinfância	108
5. O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NO PACTO FEDERATIVO, O MUNICÍPIO DE MONTE ALTO E O ATENDIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA.	114
5.1 Histórico e formação administrativa do município.	114
5.2 Geografia, serviços e demografia do município	117
5.3 Aspectos gerais do marco legal da administração dos municípios	123
5.4 Os condicionantes legais dos cargos de livre provimento no Município de Monte Alto	127
5.5 A estrutura administrativa do Município de Monte Alto	129
5.6 Estrutura administrativa da Secretaria de Educação.....	132
5.6.1 As Escolas de Primeira Infância do Município de Monte Alto: um estudo de caso	145
5.6.2 A Escola Municipal de Educação Básica “Laís Amanda Adriano” – Proinfância e seu contexto	157
6. O PROGRAMA PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTE ALTO/SP.	161
6.1 A adesão do município ao Proinfância	162
6.2 O Trâmite Licitatório para a construção da unidade do Proinfância	181
6.3 A construção da unidade e seus entraves.....	187
6.4 As complementações ao Projeto e o início do atendimento	222
6.5 Caracterização das famílias atendidas	247
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista realizada com a Prefeita Municipal responsável pela implementação do Proinfância no município de Monte Alto	286

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista realiza com a Supervisora de Ensino quando da implementação do Proinfância no município e atual Secretária Municipal de Educação	287
APÊNDICE C – Questionamentos realizados junto ao MEC por meio do Sistema Eletrônico do Serviços de Informação ao cidadão	289
APÊNDICE D - Questionário para aplicação com as famílias atendidas pela unidade do Proinfância da cidade de Monte Alto -SP	291
APÊNDICE E – Questionário situacional das unidades de primeira infância	294
APÊNDICE F – Transcrição da entrevista com Cisele Ortiz, coordenadora adjunta do Instituto Avisá-la.	296
ANEXO A – Declaração de Autorização	307
ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP	308
ANEXO C –Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	310
ANEXO D – Lista de Diretorias que integram as doze Secretarias Municipais responsáveis pela gestão administrativa do município	311
ANEXO E – Documento enviado via SIMEC das providências tomadas pelo município em relação a inconformidade da cobertura da passarela.....	312
ANEXO F – Análise Técnica do FNDE sobre uso de Saldo para implementação de Projeto Técnico de Segurança Contra Incêndio para obtenção de AVCB	316
ANEXO G – Termo de compromisso PAR Nº 201500189 para aquisição de equipamentos para a unidade do Proinfância	320
ANEXO H – Planta Baixa do Projeto Padrão – Proinfância Tipo B	325

1. INTRODUÇÃO

Menino pequeno, perdido no mundo
sozinho e cercado de imagem e ilusão,
vagando, vagando sem número e data,
descobre a verdade no meio do chão.
Descobre na terra, de olhos pr'o ceu,
pequeno menino perdido e sozinho,
reinados de estrelas, de sóis e de flores,
poemas ficados na cruz de um caminho.
Menino pequeno, sozinho encontrou

Antoine de Saint-Exupéry

Falhas no desenvolvimento de políticas públicas eficientes para a garantia do atendimento das crianças em seus primeiros anos de vida, tem sido verificadas em diversificadas situações.

Essa realidade tem levado ao cerceamento do direito de centenas de milhares de crianças ao cuidado e desenvolvimento educacional. Resulta, também, em muitos casos, em crianças deixadas sob a responsabilidade de irmãos mais velhos – porém também crianças – que por vezes precisam cuidar, dar banho e até mesmo lidar com fogo para preparar a alimentação.

Por um lado, as crianças maiores tem sua infância limitada e ainda jovens precisam se desprender de brincar, correr e aprender, pois prematuramente assumem sozinhos funções específicas de adultos, e, por outro lado, os pequenos em seus primeiros anos de vida, são afastados pela família, que não encontra outro caminho, já que precisam prover o sustento da casa.

É nos primeiros anos de vida, desde a gestação, que está sendo moldado fisiologicamente o cérebro humano. É nesse período que são estabelecidas as bases para toda a vida posterior: a capacidade de aprender, de se relacionar, de se expressar. Até mesmo a maneira como se reagirá a situações estressantes, como a perda de um emprego, é definida quando ainda se é criança.

Além disso, ao nascer a criança é imediatamente inserida nas relações sociais: todas as suas necessidades são atendidas pelo adulto, que se torna o centro das atenções do bebê. A atenção, o cuidado, o carinho e a fala permanente com a criança, produzem nela uma necessidade social mediada: a premência de novas impressões, ou seja, a necessidade de ver mais, sentir mais, ouvir mais, tocar mais e receber as impressões do toque (BOZHOVICH, 1981).

De colo em colo, das frases carregadas de elogios, nas brincadeiras lúdicas a criança percebe instintivamente os cheiros, as pessoas, os sons e tudo que rodeia o seu universo. Mesmo sem ter percepção plena do que acontece, a fase que compreende a primeira infância contempla os anos mais importantes para a formação da pessoa humana.

A percepção que integra a formação psicológica central nos primeiros anos de vida, oportuniza a apropriação sensorial do mundo em um encadeamento comunicativo emocional direto com o adulto.

Nesse primeiro período do desenvolvimento psíquico, a atividade principal que possibilita o desenvolvimento mais amplo das capacidades intelectuais e práticas e da personalidade da criança é pontualmente a comunicação emocional, que o bebê principia com as pessoas de seu entorno (LEONTIEV, 2010).

Assim, conhecendo quanto o trabalho educativo sistematizado e intencional pode impulsionar o desenvolvimento da criança, a presente pesquisa buscou investigar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (Proinfância). É esse Programa a principal ação do Governo Federal de infraestrutura educacional, para a implantação de escolas para Educação Infantil e aquisição de equipamentos e mobiliários, com o fim de ampliar a oferta de vagas públicas para crianças em seus primeiros anos de vida.

Embora as últimas décadas tenham trazido para o país uma série de políticas públicas, que fortaleceram a concepção dos direitos das crianças e o aperfeiçoamento dos estudos sobre a infância, toda essa coletânea de conhecimentos, abordagens pedagógicas e princípios políticos nem sempre conseguem se concretizar enquanto ação prática que atua diretamente na vida das pessoas. Além disso, as constantes transformações na conformação das famílias, inclusive as brasileiras, tem levado às mulheres, que tradicionalmente recebiam a função do zelar, cuidar e educar os filhos nos primeiros anos de vida, a ampliar sua participação no mercado de trabalho e consequentemente aumentar a demanda por vagas em unidades de ensino.

De uma maneira geral, vale observar, tende-se a pensar no amor materno como algo instintivo, como uma tendência inata das mulheres. Contudo, as atitudes maternas, bem como o papel de mãe, têm se modificado com o decorrer da história, o que pode levar a entender a maternidade como um comportamento social, que se ajusta a um determinado contexto sócio histórico (BADINTER, 1985).

Badinter (1985) lembra que, no último terço do século XVIII, surgiram inúmeras publicações em que as mães devessem cuidar pessoalmente de seus filhos, que fossem mães antes de tudo. São concebidas as proposituras do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe por seu filho. Neste pensamento, o amor de mãe estaria na origem da criação no ninho afetivo, onde a ela, cada vez mais, caberia a incumbência pela felicidade ou infelicidade dos filhos.

Assim, os filhos, de maneira especial nos primeiros anos de sua existência, passaram a ser entes privilegiados da atenção materna, tendo a mulher o dever exclusivo de abandonar-se em favor do filho (BADINTER, 1985). Badinter (1985, p.238) frisa que nesta concepção “a mulher enclausurada em seu papel de mãe, não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral”. Diante de tamanha responsabilidade dirigida somente a mãe, se perpetuou a ideia condenatória de que a mãe que não exercesse suas funções com perfeição, seria imputada de maldade, incapacidade e até mesmo egoísmo. Contudo, conforme já mencionado, ocorreram amplas transformações sociais na estrutura familiar, inclusive da brasileira, decorrente sobremaneira, do novo papel desempenhado pela mulher no mercado de trabalho.

No Brasil, em particular, a concepção da família hierárquica a partir do poder patriarcal dominante, figurado na década de 1950, embora ainda presente nos dias de hoje, passou por um novo delineamento na metade da década de 1980. É elaborado um modelo familiar mais igualitário, onde não há um figura central de poder soberano, que subjuga posições, mas sim um entendimento onde todos os integrantes da família são encarados como iguais.

Conquanto, as diferenças etárias e de sexo estejam presente, surge um ideal de liberdade e respeito à individualidade de cada um, que permite a mulher, por opção ou mesmo por necessidade, buscar seu espaço no mercado de trabalho. Portanto, indicando a necessidade da criação de espaços públicos que visem o atendimento dessas crianças, que já não tem mais na progenitura a exclusividade do educar e zelar pela saúde física de crianças.

Deste modo, observa-se que a força de trabalho feminina tem crescido a cada ano como população economicamente ativa e vem crescendo proporcionalmente. Com isso a demanda por vagas públicas de atendimento dos filhos dessas mães trabalhadoras tem aumentado. O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o nível de ocupação das mulheres no mercado de

trabalho brasileiro apresentou um salto considerável na última década. Em 2000, 35,4% das mulheres tinham uma ocupação, número que aumentou para 43,9% em 2010. O desempenho foi quase quatro vezes maior do que o masculino, que também cresceu no período, de 61,1% em 2000 para 63,3% em 2010 (IBGE,2012)

Ainda de acordo com o Censo IBGE, em 2010, 37,3% das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares, tinham a mulher como responsável. Verifica-se no período um aumento de 15,1% em relação a 2000, onde o Censo apresentou anteriormente o número de 22,2%. Já a contribuição delas no rendimento familiar era de 40,9% em média, aumento de 7,9%, quando comparado com o ano de 2000 que trazia o percentual de 33% (IBGE,2012).

Neste contexto, a Constituição Federal, em seu art. 7º, garante à mãe trabalhadora o direito de, após o nascimento de seu filho, requerer licença de 120 dias de afastamento do trabalho, sem prejuízo do seu salário (BRASIL,2000). No entanto, após esse período, os pais, em especial a progenitora que precisa trabalhar, em sua maioria, recorre-se às instituições públicas de atendimento infantil.

O art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente¹ (ECA), e o art. 208 da Constituição Federal do ano de 1988, asseguram o atendimento em creche e em pré-escola às crianças de 0 meses a 5 anos de idade, todavia esta não é a realidade vista no dia a dia das mães que procuram por vagas para seus filhos (BRASIL,2000; BRASIL,1990).

Segundo a Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade, por todo o país os municípios enfrentam uma série de dificuldades para garantir as vagas para as crianças menores de 4 anos. Os resultados quantitativos da pesquisa, no universo de crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais, mostram que 12,1% frequentam creches (0 a 3 anos) e 67,6% frequentam pré-escolas (4 a 6 anos), um valor inferior ao das áreas urbanas, que também se revela pouco representativo, onde a cobertura é de apenas 26% de

¹ No Brasil, alguns normativos legais pela sua importância, são concentrados em codificações que facilitam o tratamento das questões jurídicas no âmbito mais específico e detalhado do assunto selecionado pela sua prioridade social. Dentre estes normativos legais, existe o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) que trata do universo mais específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes do país, dentro de um espírito de maior proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição promulgada em 1988. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo fruto da lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

frequência para a creche e de 83% em turmas de pré-escola (ALBUQUERQUE e FERNANDES,2012).

Embora alguns caracterizem o direito a esse atendimento uma área estritamente educacional, não se pode desprezar a forte carga assistencial existente sobre esse direito. A Constituição Federal contextualiza o direito ao atendimento infantil dentro dos direitos sociais, uma vez que sem ele, limita-se a possibilidade dos pais buscarem espaço no mercado de trabalho e seus filhos, cidadãos com direito, à assistência digna.

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXV, que:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...] XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. (BRASIL, 2000, p. 26)

Além do dispositivo Constitucional, outros instrumentos legais podem ser citados e que também garantem o direito ao atendimento infantil, tais como a Lei Ordinária Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação² (LDB):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - creche ou entidades equivalentes, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade. (BRASIL, 1996, p.12)

No mesmo caminho, a primeira meta do Plano Nacional de Educação³ (PNE), lei aprovada pelo Congresso em 2014, estabelece a ampliação de vagas em creches para atender, pelo menos, a metade das crianças de 0 meses a 3 anos:

² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior), sendo a mais importante lei brasileira que se refere à educação. A LDB também é conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem ao educador e político brasileiro, que foi um dos principais formuladores desta lei. Ela é composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

³ O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com vigência até 2024, tem como uma de suas funções promover a articulação dos esforços nacionais em regime de colaboração entre os entes federados e, como objetivo, tornar universal a oferta obrigatória da educação de 4 a 17 anos. Agregam-se a esse objetivo o aumento do nível de escolaridade da população, o aumento da taxa de alfabetização, a melhoria da qualidade da educação básica e superior, o aumento do acesso ao ensino técnico e superior, a valorização dos profissionais da educação, o aumento dos investimentos em educação, a redução das desigualdades sociais e a democratização da gestão.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p.49)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2013, por sua vez, apresenta dados que demonstram a realidade em relação a estes indicadores da Meta 1A (Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola) e 1B (Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche) do PNE, onde o país atende apenas 18,5% da população de 0 a 3 anos com atendimento em escola/creche (BRASIL,2015).

Complementarmente, o Quadro 1 contém informações fornecidas pelo Ministério de Educação (MEC), por meio do mapa de monitoramento do PNE. Este revela a realidade de cada estado da federação, no que se refere ao atendimento de crianças pela Educação Infantil. Nele o Indicador 1A mostra o percentual de atendimento de crianças entre quatro e cinco anos e o 1 B as crianças de zero meses a três anos.

Quadro 1: Percentual de crianças de 0 meses a 5 anos atendidas pelos Estados brasileiros.

	Indicador 1A (%)	Indicador 1B (%)
Brasil	74,7	18,5
Norte		
Estado	%	%
Amazonas	63,61	4,74
Acre	58,64	7,40
Roraima	73,81	11,61
Pará	73,86	11,21
Amapá	62,37	8,52
Rondônia	53,96	8,80
Tocantins	67,36	12,12
Nordeste		
	%	%
Maranhão	87,18	15,11

Piauí	93,89	16,07
Ceará	93,01	22,13
Rio Grande do Norte	89,73	25,56
Pernambuco	82,05	20,71
Paraíba	87,85	17,14
Sergipe	92,18	21,61
Alagoas	75,57	20,66
Bahia	85,99	17,97
Centro-Oeste		
	%	%
Goiás	69,12	14,12
Mato Grosso do Sul	75,57	23,34
Mato Grosso	71,77	15,90
Sudeste		
	%	%
Minas Gerais	80,86	21,18
Espirito Santo	81,77	26,13
Rio de Janeiro	84,03	27,46
São Paulo	87,59	32,06
Sul		
	%	%
Paraná	77,68	30,30
Santa Catarina	84,04	38,53
Rio Grande do Sul	63,81	29,88

Fonte: Mapa de Monitoramento do PNE (2015)

Diante dos dados apresentados, diversas políticas de Estado e de Governo surgiram como, por exemplo, no estado de São Paulo, conforme sítio da Secretaria de Estado da Educação, o Programa Creche Escola, que objetiva auxiliar os municípios a aumentar o número de vagas na Educação Infantil, por meio de convênios firmados com as prefeituras das cidades paulistas. Na iniciativa, o governo estadual fica responsável por repassar os valores financeiros e acompanhar o andamento das construções. Já as prefeituras devem apresentar o terreno, realizar a

licitação e a condução dos serviços. Até abril de 2018, o programa contava com 299 unidades entregues, 247 em execução e 45 em fase de licitação ou projeto, espalhadas por todas as cidades do estado de São Paulo⁴.

Já no âmbito nacional, o Governo Federal criou o programa Proinfância⁵, por meio da resolução nº 6 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destacando que o programa visa o envio de recursos financeiros para os municípios, objetivando a construção de unidades de atendimento para crianças da primeira infância. De acordo com o portal do FNDE entre 2007 e 2014, o Programa investiu na construção de 2.543 escolas, por meio de convênios e a partir de 2011, com sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC2), outras 6.185 unidades de educação infantil foram apoiadas com recursos federais, totalizando 8.728 novas unidades em todo o país.

Diante de toda essa realidade e tendo este pesquisador a experiência profissional de doze anos como servidor público de carreira, no município de Monte Alto, SP, e de maneira especial, pois no exercício de fiscalizador de políticas públicas, na condição de vereador, e, também, de formulador e implementador de políticas públicas no exercício da função de Secretário Municipal da Educação, pode obter condição especial para verificar as dificuldades e entraves em se firmar a execução de políticas públicas que permitisse a universalização desse acesso.

Além disso, por ser o Programa Proinfância a principal ação do Governo Federal no campo de infraestrutura educacional, para a implantação de escolas para a Educação Infantil e aquisição de equipamento e mobiliários para ampliar a oferta de vagas, definiu-se como objetivo principal desta pesquisa a investigação do Proinfância, seus marcos legais, fundamentos; percursos e perfil/percepção das famílias atendidas no município de Monte Alto, estado de São Paulo.

Não obstante, vale salientar o problema de pesquisa que Gil (2008, p.33) evidencia:

[...] na acepção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento [...] pode-se dizer que um problema é testável cientificamente quando envolve variáveis que podem ser observadas ou manipuladas.

⁴ Ver: <http://www.educacao.sp.gov.br/creche-escola>

⁵ Ver: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfancia>

Com base no exposto, pretende-se descrever os conceitos fundamentais do atendimento da educação para a primeira infância, conhecer com maior profundidade o programa federal Proinfância, enquanto política pública de incentivo a universalização da educação de 0 a 5 anos, em todos os seus processos e interferências. Pretende-se, também, apresentar as características principais do setor educacional e do município selecionado para a pesquisa de campo, descortinando a funcionalidade e efetividade do referido programa, desde sua concepção junto à Prefeitura de Monte Alto, até seu efetivo funcionamento e atendimento do público alvo. Além disso, será possível identificar e analisar o perfil das famílias das crianças matriculadas e a percepção em relação à estrutura e ao atendimento da unidade do Proinfância.

Por fim, propor reflexões e apontamentos sobre o programa e sua implementação no município estudado e a possibilidades de pesquisas futuras relacionadas ao Proinfância.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de uma investigação de campo, com uso de questionários e entrevistas como instrumentos para a coleta de dados. Acredita-se que ao optar pela pesquisa qualitativa, além de utilizar vários métodos e instrumentos, — reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra (BOGDAN; BIKLEN, 1998, p. 51).

Neste sentido, esta pesquisa, está dividida em duas etapas interligadas: (1) levantamento bibliográfico acerca da conceituação da Educação na Primeira Infância e do panorama geral e exploratório do Proinfância; (2) Pesquisa de Campo sobre o município selecionado relativo ao contexto e a implementação do Proinfância.

Na introdução, tratamos das motivações e inquietações, descrevendo a conjuntura do problemas encontrado, suas especificidades e como ele se tornou o objeto de pesquisa. Apresentou-se ainda, a estrutura e organização do trabalho, além da opção metodológica que foi detalhada no capítulo II.

No Capítulo III – Concepções sobre os primórdios da Educação na Primeira Infância – apresentou-se informações que tratam dos conceitos fundamentais da primeira infância, tais como o surgimento, a evolução e a importância desse tipo de atendimento, bem como as leis promulgadas durante todo esse processo.

Em um segundo momento, procurou-se aprofundar em toda a trajetória e definições do PDE, do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” e do PAR⁶, elementos básicos para se compreender a origem do Programa Proinfância.

Durante muito tempo, as creches - em níveis mundiais e de Brasil -, organizaram seus espaços e sua rotina diária em função de ideias do que significava educar tais crianças. A assistência, a custódia e a higiene constituíram o centro do processo educativo.

No Brasil, a década de 1980 passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das creches para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos populares dos anos 1970 (WAJSKOP, 1995).

A partir desse período, as creches passaram a ser pensadas e reivindicadas como o lugar de educação e cuidados coletivos das crianças de zero a seis anos. E educar deixou de ser apenas cuidar, assistir e higienizar. A abertura política permitiu o reconhecimento social desses direitos manifestados pelos movimentos populares e por grupos organizados da sociedade civil.

A partir do lançamento do PDE em abril de 2007, os Estados, Municípios e Distrito Federal foram convidados a assinar o Plano de Metas “Compromisso todos pela Educação”, que é uma conjugação de esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, no seguimento de 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e rendimento dos estudantes. Uma vez assinado o compromisso uma das primeiras atividades a serem executadas pelos municípios era exatamente a elaboração do (PAR), que se encontra no seu terceiro ciclo (2016-2019), premissa para que os municípios tenham acesso ao apoio da união conforme estabelece o §5º do artigo 8º da Seção I do Decreto 6094/2017.

O programa Proinfância nasceu como uma das 30 ações constantes no Plano de Desenvolvimento da Educação, inserida no bloco de 17 ações da educação básica, e integra as atuações de nível de ensino. Neste seguimento, por fim, nos

⁶ O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino. Trata-se de uma estratégia para o planejamento plurianual das políticas de educação, em que os entes subnacionais elaboram plano de trabalho a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e, conseqüentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de suas redes públicas de ensino.

empreenderemos na elaboração de um retrato do Programa Proinfância em si, enquanto política pública de universalização da educação na primeira infância, em todos os seus processos e interferências, descrevendo as estratégias e desafios em sua implementação.

No Capítulo IV – O Proinfância na Base de Dados da CAPES – com o objetivo de verificar os estudos já existentes sobre o programa, empenhou-se no levantamento de estudos constantes na CAPES, buscando identificar a efetividade do Proinfância.

No Capítulo V – O Papel dos Municípios no Pacto Federativo, o município de Monte Alto e o atendimento da primeira infância – inicialmente, incursiona o leitor, de forma breve, na historicização do município que serve de plano de fundo para o estudo prático da implementação do Proinfância e à contextualização do papel dos municípios na elaboração, aplicação e execução de políticas públicas e prestação de serviços públicos. Por último, já dentro da pesquisa de campo apresenta-se a estrutura administrativa municipal, com foco na educacional, e de maneira especial, as normas legais e estrutura disponibilizada na rede municipal de ensino para o atendimento infantil na primeira infância.

No Capítulo VI – O Programa Proinfância no município de Monte Alto – expõe-se todo estudo dos dados referente ao o processo de adesão, licitação, construção, complementação do projeto e funcionamento da unidade escolar, além da análise dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário junto às famílias atendidas pelo programa na unidade construída com recursos do Proinfância na cidade de Monte Alto, estado de São Paulo.

No Capítulo Final – optou-se por formular uma seção que além de trazer o momento de analisar a trajetória da pesquisa, alicerçada nos objetivos traçados, permiti a discussão de outras questões que não puderam ser tratadas, direcionando para a elaboração de outros estudos relativos a temática. Concluiu-se que a o Proinfância, embora apresente um avanço significativo na construção de Políticas Públicas para o atendimento na Primeira Infância, necessita de uma reavaliação sistemática em sua condução, tanto a nível do governo central, como da execução por parte dos governos locais.

Ademais, os procedimentos de acompanhamento, execução e controle disponíveis para o gerenciamento do Programa são demasiadamente diminutos e equívocos.

Digno de nota também declarar que o acesso a informações dos recursos aplicados, das situação atual de cada obra, ou seja, a transparência pública, não é satisfatória, uma vez que as informações sobre o desenvolvimento do programa não são de fácil acesso ao cidadão comum.

Além disso, o Proinfância, embora seja a principal ação do Governo Federal com vista ao atendimento da Meta 1, do Plano Nacional de Educação, esse pouco contribuiu para o alcance da Meta, na universalização da pré-escola até 2016, e na ampliação da oferta de educação infantil, de forma a atender no mínimo cinquenta por cento das crianças de até três anos, até o final da vigência do PNE. Isso porque, de forma divergente das informações fornecidas pelo MEC, a Controladoria-Geral da União, aponta que das 8.824 obras previstas, 2.708 apresentam o status de 100% concluída e apenas 1.478 escolas estão em funcionamento.

Por fim, ressalta-se que objetivou-se com essa dissertação relatar o distanciamento da elaboração de uma Política Pública por meio de um governo central e os inúmeros percalços que surgem em todo esse processo, buscando assim contribuir nas formulação da atual e futuras políticas de atendimento educacional na primeira infância.

Assim, instiga-se os leitores, a exemplo do sempre fabulista e fabuloso Guimarães Rosa ao dizer que “O animal satisfeito dorme”, sobre o risco da sedução do repouso, do comodismo e até mesmo da indigência intelectual. Procuo, portanto, fazer com que essa leitura mais aguçe a reflexão, investigação e curiosidade do que acalme.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, ao fim da primeira fase, que buscou contextualizar a evolução no atendimento da primeira infância - discorrendo sobre sua história, encaminhamentos, marcos legais e importância social e também ao analisar a eficácia do Proinfância enquanto política pública, sua fundamentação e sistematização dos dados específicos deste Programa –, foi possível realizar um resgate histórico do atendimento desta faixa etária, evidenciando a trajetória das políticas públicas para a Educação Infantil.

A práxis do início do século XIV, impunha o marido como aquele responsável pelo sustento do lar, reservando às mulheres apenas atividades ligadas aos afazeres domésticos e cuidados dos filhos, não cabendo a elas, o dever e direito de ganhar dinheiro. As que, por alguma circunstância extraordinária da época, como, por exemplo, a viuvez, tinham a necessidade de desenvolver atividades, tais como cozinhar por encomenda e produzir peças artesanais de bordados e outros, eram desvalorizadas e mal vistas pela sociedade. Dessa maneira, a trajetória feminina histórica foi marcada pela submissão e pelas obrigações impostas pela sociedade.

Somente com a Revolução Industrial, e o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, é que as mulheres começaram a participar com mais expressão na maquinaria do capital e extração de mais valia, todavia sob jornadas excessivas pelas quais recebiam baixos salários.

Com esse fortalecimento da industrialização e o ingresso marcante da mulher no mercado de trabalho, o desenvolvimento infantil, até então realizado essencialmente no âmbito familiar, passou a ocorrer por meio de instituições específicas para tal fim. O papel social da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, repercutiu em modificações nas estruturas familiares, ocasionando para as crianças a necessidade de passar mais tempo sob cuidados não parentais.

Nunes (2003) afirma que a mudança no papel social da mulher provoca a ruptura da vida familiar nos moldes tradicionais, ou seja, nos moldes da família nuclear, patriarcal, incentivando o surgimento das famílias denominadas de classe média, que podem ser definidas, a partir de seu caráter efêmero, como transitórias. Assim, com o intuito de universalizar as normas dominantes na classe média urbana, “assume-se no interior do grupo social a concepção de que a mulher deve trabalhar

no mercado, a educação dos filhos deve ser dividida com o Estado e com a iniciativa privada e o matrimônio deixa de ser eterno, indissolúvel” (NUNES, 2003, p.46).

Incontestavelmente, ao recompor a trajetória do atendimento na primeira infância, fica evidenciado uma série de avanços e retrocessos, como esclarecido ao longo do tópico “Concepções sobre os primórdios da educação para a primeira infância”.

De um modo geral, as políticas públicas direcionadas para o ensino infantil, tem seus níveis muito abaixo do esperado de acordo com aquilo que se poderia chamar de avanços consideráveis. O distanciamento que há entre a legislação com o que ocorre na prática, é uma realidade há décadas, sendo o descompasso um aspecto permanente quando se reporta à Educação Infantil.

A Constituição de 1988, pela primeira vez, foi a que estabeleceu que a Educação Infantil seria um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado. Similarmente, determinou a mudança fundamental de gestão das políticas públicas, ao instituir a descentralização dos serviços da União para os Estados e Municípios e ao realçar nova relação entre Estado e Sociedade na formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis. A União passa a ter função de normatizar e coordenar as políticas e dar apoio técnico e financeiro aos demais níveis de governo, organizado em regime de colaboração.

A expressão educação infantil e sua concepção como primeira etapa da educação básica, foi, ainda, adotada pela lei maior da educação no país, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. A concepção da Educação Infantil integrada à primeira etapa da Educação Básica foi o coroar do reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, observado no Art. 22 da LDB:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar –
lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer
– lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. (BRASIL,
1996)

A LDB de 1996 deixa claro a necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, físico, psicológico, intelectual e social. Complementando assim a ação da família e da comunidade,

constituindo-se no sustentáculo para o pleno desenvolvimento da criança, indissociável das funções de educar e cuidar.

A conexão entre as experiências no início da vida e a saúde da nação estão intimamente ligadas. É possível também afirmar que desenvolvimento econômico e social do nosso país está intimamente ligado ao quanto e como se investe e se dedica à primeira infância. Isso porque, esse período da vida da criança caracteriza-se por aprendizagens muito importantes, como a marcha e a fala. Além disso, formam-se a imaginação e as capacidades de fazer de conta e de representar por meio de várias linguagens. Nesse período, as experiências são decisivas e seu conhecimento desenvolve-se mais do que em qualquer outra etapa da vida. É direto da criança, portanto, ter acesso a uma prática educativa de qualidade, compatível com o ritmo de seu desenvolvimento nos primeiros anos de vida.

O estudo também mostrou que, embora as políticas públicas para a Educação Infantil, elaboradas pelo MEC, possam ter contribuído para um pensar da Educação Infantil fora dos moldes assistencialistas, visando garantir qualidade a Educação Infantil - como exemplo, o programa Proinfância, implantado em todo o território nacional na tentativa de diminuir a demanda por vagas e fornecer aos entes federados uma estrutura física que respeitasse a criança em suas necessidades de aprendizado de qualidade-, o mesmo, assim como as outras 29 ações, não precisariam ser desenvolvidas dentro do âmbito de um novo Plano, lançado em 2007, que foi o PDE, uma vez que ainda estava em vigência o decenal Plano Nacional da Educação aprovado pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que inclusive constava em sua primeira meta a ampliação de vagas no ensino infantil.

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60 % da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50 % das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 a 5 anos.

2. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo (BRASIL, 2001).

Ademais, o Plano de Desenvolvimento da Educação não se definiu como uma estratégia para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, pois não partiu do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas peculiares do PNE,

resumindo-se, assim, apenas em ações que não se vinculam organicamente com o mesmo.

Embora o PDE tenha definido o programa Proinfância como uma das ações do plano dentro do nível de ensino, atendendo a primeira meta do PNE, nada foi mencionado em relação às outras 26 metas estabelecidas nesse mesmo Plano Nacional da Educação. Identificou-se somente que os Estados, Municípios e Distrito Federal para terem acesso aos recursos via FNDE, deveriam a assinar o Compromisso Todos pela Educação, uma vez que a assinatura do compromisso juntamente com a elaboração do Plano de Ações Articuladas ficaram estabelecidos, pelo decreto 6097/2007, como condicionantes para o recebimento de recursos.

Ao final da segunda fase do presente trabalho, com a consulta ao banco de dissertações e teses disponibilizado na página da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), observamos a insuficiência de estudos que abordem a política nacional do Proinfância e seus efeitos na organização das políticas de educação dos Municípios, de maneira especial, de municípios do estado de São Paulo.

Procurou-se por dissertações e teses, realizadas entre 2011 e 2016, período equivalente aos cinco anos que antecedem o início desta dissertação. Como parâmetros de pesquisa no campo assunto, foi utilizada o descritor “Proinfância”. Ao todo, os resultados do levantamento trouxeram vinte e três pesquisas, sendo vinte dissertações (dezessete de mestrado acadêmico e três profissional) e três teses, todavia nenhum dos estudos trouxeram a análise da implementação da política pública em municípios do estado de São Paulo.

Essa constatação reforça a relevância desta pesquisa, que buscou investigar o programa Proinfância, seus marcos legais, fundamentos; percursos e reflexos na percepção do contexto social das famílias atendidas em um município do estado de São Paulo.

Com o estudo realizado junto ao banco de dados da CAPES, percebeu-se que embora seja incipientes, a quantidade de pesquisas sobre a política do Proinfância, assim como sua discussão metodológica, conceitual e teórica por pesquisadores que atuam nas áreas de políticas públicas e Educação Infantil, há um significativo interesse sobre essa política pública, principalmente na área educacional brasileira. Comum nas pesquisas foram as inúmeras ocorrências, entraves e diversos desafios

enfrentados no contexto da implementação da política do Proinfância nos diferentes estados brasileiros e em seus respectivos municípios.

Embora com o surgimento do PAC2, e a inserção do Programa em seu bojo, o Proinfância tenha ganho maior relevância, visibilidade, novas metas e recursos, sendo considerado a mais importante ação do governo central para a ampliação do atendimento na educação infantil, sua eficácia continuou contestável, com atividades de avaliação, monitoramento e suporte necessitando que fossem melhor avaliadas e encontradas suas deficiências na implementação do programa.

Nesse prospecto, um avanço significado é apresentado com surgimento do Portal SIMEC, com o fornecimento, dentre outras ferramentas, do módulo de monitoramento e acompanhamento de obras, bem como do módulo PPA. Instrumento esse auxiliar no acompanhamento e coleta de informações das ações orçamentárias e programas numa perspectiva focada no Plano Plurianual, todavia, sem o protagonismo do MEC no desenvolver das ações de infraestrutura da educação e de uma metodologia consolidada e consistente para a avaliação da política do Proinfância.

Com a importância e proporção que o Proinfância tomou após ser executado no contexto do PAC 2, é indispensável uma metodologia de monitoramento que contribua para a avaliação da política pública, em todos os seus processos e interferências, descrevendo as estratégias e desafios na implementação do Proinfância nos municípios brasileiros.

A própria consulta feita junto ao MEC, no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, nesta pesquisa, não pode valer-se de questionamentos feitos em relação a efetividade dessa política pública.

Por meio do protocolo nº 23480.006190/2018-56, junto ao e-SIC do MEC, obteve-se o número de unidades concluídas, obras paralisadas e em tramitação com quatro status: “em execução”, “licitação”, “contratação” e “em planejamento pelo proponente”

Conforme dados registrados no SIMEC, há 3.694 unidades do Proinfância concluídas. O processo de inauguração e funcionamento da obra é de competência do ente municipal. Existem ainda 3.746 obras com status “em execução”, “licitação”, “contratação” ou “em planejamento pelo proponente”, que são estágios da execução do projeto pactuado. Por outro lado, há 447 unidades do Proinfância paralisadas. (BRASIL. Nota de Resposta a Requerimento recebido via Lei de Acesso à Informação nº 23480.006190/2018-56, datado de 16 de abril de 2018)

É uma discrepância verificar, na resposta do MEC, que a simples e objetiva resposta que “a inauguração e funcionamento da obra é de competência do ente municipal”, como se o início do atendimento da unidade construída com os recursos do Programa Federal, de nada importasse para a efetiva implementação da política pública pensada e aplicada por meio do governo central.

Depura-se também que a efetividade do funcionamento das unidades pactuadas e previstas está muito aquém do esperado, já que das 2.543 obras conveniadas antes do PAC e das outras 6 mil unidades de educação infantil para crianças de até três anos de idade, prometidas até 2014, apenas 3.694 estão concluídas, e ainda sem a confirmação de funcionamento.

Savedra (2002) destaca que a avaliação de políticas públicas e programas deve ser concebida como um processo de constante estimativa da adequação entre os objetivos e as metas que o Programa deve realizar e seu envolvimento empírico. A autora propõe ainda que a avaliação aconteça pelo estudo dos resultados do programa em relação aos objetivos propostos e também propostas de aprimoramento ao Programa.

Fato que o Governo Federal parece desconhecer em relação ao Proinfância, programa que embora elaborado durante o governo Lula, continuado pelo governo Dilma, permanecendo em execução mesmo depois do impeachment da presidente Dilma, na gestão de seu então vice Michel Temer, conforme resposta do questionamento quinze feito ao MEC pelo e-SIC, sob o protocolo nº 23480.006190/2018-56 de abril de 2018: “A política de reestruturação física escolar infantil permanece inserida no âmbito do Plano de Ações Articuladas-PAR”, afinal continuou, mesmo depois de governos com três presidentes diferentes sem uma avaliação que implique em mudanças e melhorias para que a implementação do programa nos municípios, ou seja, a construção e efetivo funcionamento acontece dentro do programado na gênese do Proinfância e na mesma velocidade com que as milhares de famílias necessitam.

O monitoramento e avaliação dos programas de governo são ferramentas essenciais para a boa prática gerencial e um respeito aos princípios da administração pública, contidos no artigo 37 do dispositivo constitucional.

Fundamentalmente, conforme constado ao final da terceira seção desta pesquisa, em um país com proporções continentais como o Brasil, nem tudo que é pensado e idealizado a partir de Brasília chega a ser concretizado em plenitude nos

mais de 5.500 municípios. São nesses que os desafios ocorrem no cotidiano da vida do cidadão comum, que não reside na “abstrata União”, mas sim no “concreto município.

Incontroverso, é o fato que com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os municípios brasileiros, consolidaram sua importância na perspectiva política, econômica e social, como centro de tomadas de decisões para nosso cotidiano. Porém não se executa política pública sem recursos orçamentários, não se constroem unidades educacionais, capacita-se professores, valoriza-se o magistério, moderniza-se a gestão pública e disponibiliza-se novos equipamento de serviços de saúde sem os recursos necessários.

Recursos que são originados por meio da contribuição de cada cidadão, que aguarda o retorno em forma de investimentos em serviços públicos, com o recebimento por meio de repasses constitucionais, adesão à programas que muitas vezes embora tenham caráter técnico necessitam da intervenção política ou ainda por meio de emendas parlamentares que prefeitos e vereadores conseguem para o município numa relação quase que promiscua para a obtenção da destinação.

Tudo isso, é fruto de uma forma de governo, que embora diga-se federado, desde a constituinte de 1891, com o pretexto de reconhecer como princípio básico da organização político-administrativa do país a autonomia dos estados e municípios, que não age de fato com o entendimento que o papel da descentralização tem como força propulsora do desenvolvimento nacional.

Por isso, a pesquisa alcançou também ao final da terceira fase, o perfil e a realidade administrativa da máquina pública, que gere e aplica as políticas públicas municipais e também aquelas desenvolvidas a partir do governo central. Singularmente foi possível oferecer relato das características principais do setor educacional da cidade, contexto onde a unidade do Proinfância foi inserida e, portanto, se coaduna.

A área administrativa, que possui história recente, enquanto espaço de destaque na administração local, em 1992 tornou-se Secretaria dentro de uma estrutura que englobava também Esportes, Lazer e Cultura, porém, somente há oito anos ganharia a estrutura de uma Secretaria exclusiva. Já os professores ganharam seu Estatuto em 1995 garantindo-lhes direitos que favorecem o investimento em suas carreias, inclusive com melhorias salariais.

Quanto aos agentes de educação infantil, categoria profissional da educação que atua nas EMEBs de Primeira Infância, desempenhando as funções de cuidado e desenvolvimento infantil, buscam desde o ano de 2006, quando o atendimento nos primeiros anos de vida passou a ser entendido como atendimento educacional, buscam até hoje serem reconhecidas como professores.

Enfatiza-se ainda que atualmente, o piso nacional do magistério representa o valor de R\$ 2.298,80, conforme Portaria Interministerial MEC/MF nº8, mas a Prefeitura paga R\$ 1.614,42, apesar de as funções desempenhadas pelos servidores ocupantes dos cargos de agente de educação infantil, serem de fato as mesmas desempenhas por integrantes do magistério. Isso porque o ato de cuidar e educar são indissociáveis na educação infantil, conforme definiu o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB n. 5/2009.

Ao final da quarta fase, com base nos dados técnicos e todos os processos e interferências obtidos, na descrição das estratégias e desafios na implementação do Proinfância e apurando-se as diversas ações e decisões tanto do governo local, quanto federal, foi possível compreender o que levou à procrastinação da efetivação do projeto no município.

De início apurou-se que a decisão tomada pela municipalidade diante das incongruências das propostas das licitantes, durante a fase de classificação de conceder prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação, ao invés de considerar frustrada e reabrir a licitação, limitou a participação no certame à apenas duas empresas. Contudo, na reapresentação das planilhas de proposta, apenas uma delas decidiu apresentar, restringindo ainda mais a concorrência. A única empresa vencedora, com o decorrer da obra, mostrou sem capacidade financeira no período entre as vistorias, fiscalização do FNDE e repasse dos recursos.

A opção do município pelo dispositivo adotado transformou as empresas participantes da licitação em uma espécie de titulares de faculdade incompatível com as regras princípios constitucionais. Logo, embora descumprindo as exigências, os licitantes desclassificados adquiriram faculdade privativa de fornecer novas propostas.

Analogamente, pode-se afirmar que a decisão transformou o processo quase que em uma tomada de preços entre pessoas pré-escolhidas e predeterminadas. Afinal, caso outras empresas que estivessem em condições de firmar contrato com o município e não tivessem participado da licitação, com a decisão da autoridade

superior do município teriam seu direito de participação frustrado na nova formulação da proposta.

Ainda que possa querer justificar que outras empresas que tivessem o interesse de participar deveriam ter se apresentado oportunamente, as vantagens derivadas do comparecimento tempestivo já se dissiparam, pois as que se apresentaram no momento favorável, incorreram em defeitos.

Assim, se todas as propostas foram numa primeira etapa desclassificadas, não há que se restringir a apresentação de novas propostas apenas aos participantes iniciais, pois como dito, a licitação foi frustrada e deveria ser reaberta, para garantir os princípios da isonomia, da moralidade e da própria competitividade. Todos esses argumentos derivam do fato de que o prévio conhecimento das propostas dos demais concorrentes permite que um dos licitantes, cuja proposta tivesse sido desclassificada por irregularidade na composição do preço, afinasse sua proposta de formar a ganhar a licitação a um preço somente pouco inferior ao segundo colocado. Fato muito próximo do ocorrido e quem sem dúvida influenciou na efetiva implementação do projeto no município.

Os erros da administração municipal se perpetuaram no decorrer da obra, sendo conivente, em especial o setor de engenharia, com o atraso das obras e não cumprimento das cláusulas contratuais. Fatos esses apontados desde o primeiro parecer jurídico, constante na solicitação do primeiro termo aditivo de prazo, que determinava a notificação da empresa, cuja ação não cumprida pela Secretaria de Planejamento, pois somente notificou a empresa para rompimento do contrato quando a mesma já havia abandonado a obra.

A empresa retornou apenas quando a municipalidade aceitou a realização de reequilíbrio econômico com base no tempo transcorrido desde a licitação até o momento em que a obra se encontrava. Ora, o atraso da obra não teria ocorrido pela própria empresa que não cumpriu o cronograma físico-financeiro?

Ainda assim, o município acatou o pedido de reequilíbrio econômico e concedeu a empresa o prêmio de mais de R\$ 184 mil reais, que foram aditados sem considerar o valor do BDI, mas pagos nas medições que se seguiram levando em conta o valor do item com BDI, e portando acima do aditado. Tudo isso pago pelo setor de contabilidade sem nenhuma conferência, pois se tivesse feito, facilmente teria identificado a falha entre o que fora aditado e efetivamente solicitado para pagamento.

Somado a isto, a engenharia da prefeitura foi displicente com a alimentação de dados no SIMEC, pois não o alimentou em acordo com a realidade dos ocorridos no município, o que levou a demora na fiscalização da execução da obra, por parte do FNDE, e conseqüente atrasos no repasse dos recursos orçamentário.

É importante registrar também a omissão da Secretaria de Educação, que no começo da implementação do projeto restringiu sua participação a elaboração do Plano de Ações Articuladas, não acompanhou o trâmite licitatório e o processo da construção em seu início. Afinal a Secretaria da Educação, por meio do seu gestor, juntamente com o Prefeito e o engenheiro responsável da obra, possui acesso ao SIMEC e teria constado que a alimentação não estava sendo realizada, devendo portanto exigir interdepartamentos as ações corretivas para o bom andamento da implementação do programa.

Não há que se eximir, também, o governo federal de suas responsabilidades, tanto na demora em despachar as inserções feitas no SIMEC, quanto por não oferecer um canal direto e de fácil acesso para gestão do convênio. Além de não avaliar a política pública em suas forças e fraquezas, disponibilizando mecanismos de apoio e suporte aos municípios para que a execução da obra ocorra de forma contínua.

Ressalta-se, ainda, conforme apurado, que o projeto tal como foi pensado pelos técnicos do FNDE, necessita de mais do que o terreno como contrapartida, pois o município, às custas de seus recursos próprios, necessitou investir mais de R\$ 250 mil reais em construção de muros, calçadas, plantio de grama e serviços de implementação da rede elétrica, para que a escola pudesse iniciar suas atividades. Situações como essas, é necessário observar, podem acabar inviabilizando pequenos municípios ou mesmo municípios maiores que não possuem recursos financeiros necessários para essa complementação

Apesar dos percalços apontados, a escola construída chama atenção pela sua arquitetura em relação aos prédios já existentes, que busca atender à criança como usuária principal da escola.

Com a entrevista junto a diretora da unidade revelou-se que o Proinfância, embora tenha como ponto negativo a replicação do mesmo projeto em todo país, sem levar em consideração as especificidades de cada região, buscou a elaboração de um estrutura física diferenciada do modelos de escolas. O projeto possibilitou às crianças diversificadas convivências, brincadeiras e experiências, por meio dos solários como extensões da sala, das janelas com vidros grandes na altura dos olhos da criança,

que possibilita o contato com o mundo exterior, ou até mesmo dos banheiros específicos à elas.

Já com as famílias a percepção apurada foi que antes do Proinfância, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, bem como, a afirmação de “prioridade absoluta” destinada às crianças e adolescentes contidas nas competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB, não era legitimado, uma vez que 92% dos entrevistados declaram que antes da unidade as crianças não estava matriculadas em outra escola.

A maioria dos entrevistados (96%) conhece a estrutura da unidade e avalia de forma positiva os aspectos pátio, área livre, playground, área coberta, acesso as salas, salas de aula, matérias de ensino e espaços para atividades específicas. Todas essas áreas foram avaliadas acima dos 80% pelos entrevistados como bom, mostrando a receptividade com estrutura diferenciada, voltada para o atendimento das crianças em seus primeiros anos de vida. Apenas a quantidade de aluno por sala foi avaliada abaixo dos 80%, que embora não seja caracterizada como superlotada poderia ser mais bem distribuída, caso houvesse maior número de salas para atendimento. Também é possível depurar que o perfil das famílias atendidas segue a tendência do próprio país, no tocante a quantidade de filhos por famílias, já que 79% declaram ter apenas um filho.

O que se propõe agora é a continuidade da busca pelas respostas para as questões de estudo. A continuidade da construção e as revisões esporádicas são e devem ser admitidas da mesma maneira que na elaboração e execução de uma política pública. Todo pesquisador, busca ao longo da investigação, evidenciar e esclarecer todas as complexas questões que envolvem o tema pesquisado.

A intenção primordial é sempre a de atingir os objetivos da pesquisa, e ainda ampliar os conhecimentos tecidos ao longo das leituras, da vivência prática e das descobertas. Todavia, por mais que se almeje clarificar todas as descobertas, é impossível num único estudo, ser capaz de compreender toda a complexidade do objeto de estudo, em virtude do próprio tempo, dos recursos disponíveis, da limitação ao acesso das informações e da própria problemática situacional que envolve não só objetos, mas pessoas e situações que continuam em movimento e adaptações.

Assim, não se espera chegar a uma síntese absoluta do Proinfância, mas refletir sobre o percurso percorrido durante toda investigação. O resultado é a percepção de que a averiguação e a indicação de continuidade sugere novos

trabalhos que contribuíam para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de programas similares. O grande desafio da implementação do Proinfância está na execução do projeto em si, pensado a partir do Governo Federal e executado nos Governos Locais. E para superar esses desafios governos locais precisam evitar padrões em que empresas que firmam contratos não os efetivam conforme especificações e nos tempos previstos.

Com vista no reinventar e recriar a política pública equivalente ao Proinfância, visando correções de possíveis problemas e a agilidade da entrega das obras para a comunidade, é salutar a premência da realização de novas pesquisas focadas nas etapas do processo de implementação. Pesquisas que discutam questões para ampliar o horizonte do estudo de caso, com comparativos do desenvolvimento do programa em cidades de regiões administrativas, ou até mesmo de estados. Poderão ser observadas as principais ocorrências que ocasionaram, por exemplo, paralisação de obra, o contexto adverso em que se deu o trâmite licitatório, as ações em relação à atrasos e inconsistências das obras, o monitoramento feito pelo município, FNDE e empresas contratadas, a verificação de se os recursos foram suficientes, as principais medidas tomadas pelos gestores públicos diante das adversidades, a disponibilização de informações e orientações do FNDE aos municípios executores dentre outras mais possíveis. Enfim, questões não faltam para serem debatidas no âmbito da fase da implementação do Programa.

E, por fim, ainda que tudo isso possa parecer quimera, é justamente este “horizonte adversário” que nos faz utópicos, no sentido em que Eduardo Galeano utiliza a ideia, quando define:

Ya está en el horizonte— dice Fernando Birri —. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar. (GALEANO, 1993, p.230)

Utópico parece, falarmos nos tempos de hoje, onde a corrupção da vida pública brasileira foi escancarada, da transformação do país por meio da construção de políticas públicas que visem uma sociedade mais humana, justa e solidária.

Sim, falar de política é muito mais fácil do que estar nela, talvez por isso cada vez mais tenhamos menos e menos pessoas interessadas em transcender sua

existência pela luta pelo bem comum nas vias democráticas da participação cidadã. De fato, perturba muito hoje imaginar que, às vezes, nos esgotamos da democracia antes mesmo de completá-la, sendo assim é possível notar, na sociedade, um desânimo com a possibilidade de termos um Brasil honesto e correto, mas a mudança só acontece a partir de cada pessoa que exerce a sua participação cidadã.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia então? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. **Educação infantil: creches.** Atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999.
- ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. **Federalismo e políticas públicas:** o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. s/d. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/242213262_Federalismo_e_politicas_publicas_o_impacto_das_relacoes_intergovernamentais_no_Brasil >. Acesso em: 26 mai. 2018.
- ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FERNANDES, Cinthia Votto Fernandes (Coords.). **Pesquisa Nacional caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.** Brasília: MEC-SEB/UFRGS, 2012.
- ANDRADE, L.B.P. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais* São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-08.pdf> > Acesso em: 04 de abr. de 2017.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Orgs.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações.** 2. ed. Florianópolis: Cortez, 2002. p. 25-41.
- BADINTER, E. (1985). **Um amor conquistado: O mito do amor materno.** (5ª ed.) (W. Dutra, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1980)
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard; GOLD, Anne. Reforming Education & Changing Schools: case studies In: _____. **Policy Sociology.** New York: Routledge, 1992.
- BALL, Stephen J.; Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v.1, n.2, p. 27-43, 2001.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.
- _____. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011
- BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BASTOS, Maria Helena Camara. **Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887)** In: MONARCHA, Carlos (Org.) *Educação da infância brasileira (1875-1983).* Campinas: Autores Associados, 2001

BELL, J. **Como Realizar um projecto de Investigação** (3ª ed.). Lisboa: Gradiva, 1993.

BERTO, R.M.V.S.; NAKANO, D.N. **Produção Científica no Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção**: um levantamento de métodos e tipos de pesquisa. *Produção*, Vol. 9, n. 2, p. 65-76, 2000.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora. 1994.

BOZHOVICH, L. I. (1981). **La personalidad y su formación en la edad infantil**: investigaciones psicológicas. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 06 mai. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm> Acesso em: 06 mai. 2017.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm> Acesso em: 06 mai. 2017.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10 jun., 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Proinfância**. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-projetos-arquiteticos-para-construcao>. Acesso em: 10 jun., 2017.

_____. Ministério da Educação. **Compromisso Todos pela Educação: passo a passo, 2007**. Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, jun. 2008.

_____. **Cartilha Proinfância: Orientação para elaboração de Projetos de construção de Centros de Educação Infantil**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-projetos-arquiteticos-para-construcao>. Acesso em: 10 jun., 2017.

BRASIL, M. G. P. **Espaço(s) na educação infantil: entre políticas e práticas**. 254f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio Janeiro, 2016.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007.

_____. Decreto nº. 6.093 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6093.htm. Acesso em: 17 junho 2017.

_____. Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 17 junho 2017.

_____. Decreto nº. 6.095 de 24 de abril de 2007. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 17 junho 2017.

_____. Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 17 junho 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 17 junho 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.404 p.: il.

_____. Ministério da Educação. **Mapa de Monitoramento do PNE**. Brasília: Junho, 2015. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando/monitoramento-das-metas-do-pne-2014-2024>>. Acesso em: 9 out. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE- Escola)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/137-programas-e-acoes-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/179-funcionamento>: Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf. Acesso em: mai., 2017.

_____. **Plano de Ações Articuladas PAR 2011-2014: guia prático de ações**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/como-elaborar-o-par>. Acesso em: mai. 2017.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População**. Resultados da Amostra. IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 11 de junho de 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **O atendimento da educação infantil em municípios do Tocantins e a proposição de orientações na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, Brasília/DF, 2013b. Mimeo.

_____. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Ministério da Educação, Brasília/DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Nota de Resposta a Requerimento recebido via Lei de Acesso à Informação. Protocolo nº 23480.006190/2018-56. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão**. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Acesso em: 13 de abr. 2018.

BUTLER M.J.R.; GHEORGHIU, L. **Exploring the failure to protect the rights of the Roma child in Romania**. In: Public Administration and Development, 2010. Disponível em: <http://www3.interscience.wilwy.com/journal/123322530/abstract>. Acesso em 02 fev. 2018.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12123665-Analise-de-documentos-metodo-de-recolha-e-analise-de-dados.html>

CAMPOS, M. M. M., ROSEMBERG, F., CAVASIN, S. **A Expansão da rede de creches no município de São Paulo durante a década de 70**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988. Mimeo.

CAMPOS, M.C.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2001.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2002.

CHAVES, M.; FRANZOSI, E.; GARCIA, A. **Simec: uma mudança na cultura de gestão**. In: MESQUITA, C. S. F.; BRETAS, N. L. (Org.). Panorama da interoperabilidade no Brasil. Brasília: MP/SLTI, 2010.p.201-211.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez,2001.

COSTA, S. C. **Programa Proinfância**: considerações sobre os efeitos nas Políticas Municipais de Educação Infantil. 294f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

CUNILL GRAU, Nuria. **Repensado o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Tradução de Carolina Andrade. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DROR, Y. **A capacidade para governar**. São Paulo: Fundap, 1999.

FERRARI, A. **Pré-escola para salvar a escola?** Revista Educação e sociedade. Ano V, n12. São Paulo: Cortez 1982.

FISZBEIN, A. The emergence of local capacity: lessons from Colombia. **World Development**, v. 25, n 7. P. 1029-1043. 1997.

Flores, J. **Análisis de datos cualitativos – Aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU,1994.

GARCIA, W. S. O. A. **Políticas Públicas para a Educação Infantil na cidade de Chapadão do Sul**: estudo de Caso do Programa Proinfância 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba, 2014.

GALEANO, Eduardo. **Las Palabras Andantes**. Montevideu, Uruguai: Ediciones Chanchito, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GILLESPIE, S. Strengthening capacity to improve nutrition **FCND Discussion Paper**, n. 106. Washington D.C.: Internacional Food Policy Research Institute, 2001.

GRACIANO, Mariângela. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. São Paulo: Ação Educativa, 2007. – (Em Questão, v. 4)

GUIMARÃES, Daniela; KRAMER, Sonia. **Nos espaços e objetos das creches, concepções de educação e práticas com crianças de 0 a 3 anos**. In: KRAMER, S. (Org.) Retratos de um desafio. São Paulo: Ática, 2009.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

INEP, Ministério da Educação (MEC). *IDEB- Resultados e Metas*. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**, 13. ed., São Paulo: Dialética, 2009.

KULHMANN JR. M. **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**, 1999.

_____. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX início do século XX. In MONARCHA. C. **Educação da infância brasileira 1875 – 1983**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: mediação, 2010.

KLOSINSKI, D. V. **Uma Avaliação da Implementação do Programa Proinfância em Erechim: A Política dos Espaços Escolares.** 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira do Sul – UFFS. Chapecó, 2016.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1982.

_____. **Propostas Pedagógicas e Curriculares: subsídios para uma leitura crítica.** In: **Educação e Sociedade**, Ano XVIII, n.60, dezembro, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEONTIEV, A. N. (1978). **Actividade, consciencia y personalidad.** Buenos Aires: Ciencias Del Hombre.

MARTINS, C. M. **Implementação do Programa Proinfância no Estado do Tocantins.** 215f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2016.

MATTOS, C. S. **A Implementação do Proinfância em Juiz de Fora e seus desdobramentos.** 147f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

MATUS, C. **Estratégias Políticas.** São Paulo: FUNDAP, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** 23ª. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MELLO, D. L. **Governo e administração municipal: a experiência brasileira.** Revista de Administração Pública, v. 35, n. 2, p. 79-96, 2001.

MERISSE, A. **As origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches.** In: MERISSE, A. (et. al.) Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. p. 25-51.

MESQUITA, C. S. F.; BRETAS, N. L. (Org.). **Panorama da interoperabilidade no Brasil.** Brasília: MP/SLTI, 2010. p.201-211.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTE ALTO. Câmara Municipal de Monte Alto- SP. **História da fundação de Monte Alto**. Disponível em: <<http://camaramontealto.sp.gov.br/historia-da-fundacao-monte-alto/>>

_____. Transporte Intermunicipal. Disponível em: <<http://camaramontealto.sp.gov.br/>>.

MONTORO, E. A. F. **O município no desenvolvimento brasileiro**. Revista de Administração de Empresas, v.16 n.5, set./out.,1976

NUNES, B. F. Infância como Objeto de Estudo; problemas e limites de análise. IN: _____. **Sociedade e Infância no Brasil**. Brasília, Editora UNB, 2003.

OLIVEIRA, V. D. **Aproximações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil no Processo de Ampliação da Educação Infantil no Município do Rio Grande a partir do Proinfância**. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, 2013.

PINO, Ivany Rodrigues. **Revista Educação e Sociedade**, vol.31 n°.110. Campinas Jan./Mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000100001. Acesso em: mai., 2017.

_____. **Mapas de Monitoramento do PNE**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando/monitoramento-das-metas-do-pne-2014-2024>> Acesso em: 16 jun. 2016.

PINTO. M. **A infância como construção social**. In: PINTO. M SARMENTO, M. J. As crianças – contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho – Portugal, 1997.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. **Creches: Crianças, faz de conta & cia**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. **Observação e entrevista em pesquisa qualitativa**. Revista FACEVV. Vila Velha, Número 4, Jan./Jun. 2010 p. 22-27.

Portal Secretaria de Estado da Educação-SP. *Programa Creche Escola*. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/creche-escola>. Acesso em: 14 jun. 2015.

RAMOS, L. R. R. **Implementação de Programas Federais e Descentralização de Políticas Públicas: Um estudo de casos no contexto do Proinfância**. 174f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2011.

REZENDE, L. M. **Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública De**

Educação Infantil – Proinfância: Uma Proposta Metodológica. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil:** o caso da creche. Cadernos de Pesquisa, (51), p.90-103, 1984.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 2ª ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2012.

RUIZ, Jucilene Souza. **O surgimento da creche:** uma construção social e histórica. 2011. Disponível: www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_02/e02b_t004.pdf. Acesso: 07 de mai. 2017.

SCHABBACH, Letícia M.; RAMOS, Marília 2013. **Fatores determinantes da implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul.** Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia - São Paulo.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007a.

_____. **(PDE) Plano de Desenvolvimento da Educação.** Análise Crítica da Política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

SOUZA, Donaldo Bello de.; MENEZES, Janaína S. da Silva.; COELHO, Lígia Martha C. da.; BERNARDO, Elisangela da Silvia. **Regime de colaboração e educação em tempo integral no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, junho 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200007&lang=pt> Acesso em: jan. 2017.

VELHO, C. O assessoramento técnico-pedagógico à implantação da proposta pedagógica em unidades do Proinfância como política pública do MEC nos Estados do Mato Grosso e Rondônia. In: **IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26/9/2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** Atlas, São Paulo: 2014.

VIEIRA, D. M. **A Imagens da Experiência Educativa de Professores da Educação Infantil no Espaço-Ambiente do Proinfância.** 228f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

VIEIRA, P. R. **Em busca de uma teoria da descentralização.** Revista de Administração Pública, FGV 2, Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.

VYGOTSKY, L. S.. O Manuscrito de 1929. **Revista Educação e Sociedade 71:** Cedes, 2000.

_____. **A Formação Social da Mente.** Martins Fontes - São Paulo. 5ª edição, 1994

WAJSKOP, G.. **Creches:** atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista realizada com a Prefeita Municipal responsável pela implementação do Proinfância no município de Monte Alto

1. Como foi que a municipalidade ficou sabendo do Programa Proinfância?
2. Por que solicitado apenas uma unidade do programa?
3. Quais motivos levaram a municipalidade escolher o bairro Vera Cruz para a instalação do programa?
4. O terreno onde foi instalada a unidade já era da Prefeitura ou foi adquirido/doado especialmente para o Programa? Como se deu esse processo, explicar.
5. Houve algum processo de consulta à comunidade?
6. Quais os principais desafios você apontaria na implantação do Proinfância?
7. Como tem sido realizado o diálogo com o MEC?
8. Como você relata a contribuição do Proinfância para a política municipal de Educação Infantil?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista realiza com a Supervisora de Ensino quando da implementação do Proinfância no município e atual Secretária Municipal de Educação

1. O Município dispõe atualmente de Sistema Municipal de Educação instituído por legislação específica? Em caso afirmativo indicar o instrumento legal.
2. No tocante a Educação Infantil, de maneira especial, a primeira infância, há normas definidas pelo Conselho Municipal de Educação para o funcionamento das unidades de atendimento educacional? Quais?
3. Se tratando de educação infantil, quais são as instâncias municipais responsáveis e quais as suas competências?
4. Como a rede de atendimento a Educação Infantil está organizada?
5. Todas as unidades de atendimento são do município ou existe a compra de vagas para a educação infantil em estabelecimentos com fins lucrativos, ou em entidades filantrópicas ou ainda comunitárias? Qual a atuação da Secretaria na rede direta e na conveniada?
6. Existe no município padrões de qualidade definidos para a Educação Infantil (estrutura física, recursos materiais e recursos humanos)? Quais são eles? Eles são comuns para a rede direta e conveniada?
7. Descreva as instituições em relação ao atendimento: (só creche, só pré-escola, creche e pré-escola, classes anexas, período parcial/ integral).
8. Existem documentos norteadores elaborados no âmbito municipal para a Educação Infantil?
9. Qual é a proporção adulto/criança recomendada por turma na rede direta?
10. Quem são os profissionais que atuam nas unidades escolares (monitoras, professoras, auxiliares, recreacionistas, etc)? Como elas são admitidas?
11. A rede existente é suficiente para atender a demanda do Município? Caso contrário, quantas unidades a mais seriam necessárias para atender a todas as famílias que procuram a Educação Infantil?
12. Existem critérios para matrícula e lista de espera?
13. Existe um planejamento/estudo para a expansão da política de Educação Infantil? Seja para a construção, locação, cessão de novos prédios ou ainda a parceria com outras instituições para tal atendimento?

14. O Município possui um plano de carreira para o quadro do magistério e para os demais profissionais? O referido plano de carreira está garantido por meio de quais instrumentos legais? Explique resumidamente como ele funciona.
15. Os profissionais ligados ao atendimento da Primeira Infância estão contemplados pelo Plano de Carreira citado na questão acima? Explique.
16. Quais são os profissionais encarregados pela gestão administrativa e pedagógica das instituições de Educação Infantil, incluindo o nível da Primeira Infância? Qual a forma de ingresso nesses cargos?
17. Como é realizado o repasse de recursos financeiros para as unidades escolares?
18. O Município oferece formação continuada aos profissionais?
19. Quantas unidades do Programa Proinfância foram solicitadas e quantas foram autorizadas?
20. Como a Senhora enquanto supervisora de ensino que acompanhou o Proinfância no município ficou do Programa Proinfância?
21. Como a Secretaria definiu o local para a instalação das unidades construídas por meio do Programa Proinfância?
22. Quais os principais desafios você apontaria na implantação do Proinfância?
23. Como tem sido realizado o diálogo com o MEC?
24. Algum membro da Secretaria Municipal da Educação participou da consultoria disponibilizada pelo MEC para a construção do PPP da unidade do Proinfância? A Consultoria contribuiu com alguma mudança na política ou prática pedagógica utilizada pelo Município?
25. Como você relata a contribuição do Proinfância para a política municipal de Educação Infantil?
26. Além da unidade construída com os recursos do Programa Proinfância o município dispõe de outros prédios com estrutura física especificamente definida para realizar o atendimento da Educação Infantil na Primeira Infância?

APÊNDICE C – Questionamentos realizados junto ao MEC por meio do Sistema Eletrônico do Serviços de Informação ao cidadão

1. Qual o processo de execução do programa, desde a candidatura do município até a finalização?
2. Como ocorre o processo de seleção dos municípios?
3. Como é formalizado o convênio e como ocorre o acompanhamento da execução do programa?
4. Existe algum tipo de encaminhamento para os municípios onde o déficit de vagas é maior? (Em termos absolutos ou relativos)
5. Descreva o modelo da equipe responsável pela execução do Programa e quais as etapas desenvolvidas por cada integrante.
6. Como o senhor avalia o andamento da execução do Programa atualmente?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas? (Equipe, verbas, demandas, fragilidade dos municípios, terreno, etc.)
8. Como é efetuado o controle administrativo da execução do Programa?
9. Existe um sistema informatizado para controlar a execução do Programa nos municípios? Em caso afirmativo, informar quem tem acesso e como se dá o funcionamento do referido sistema?
10. Quais os motivos que impediram que determinados pedidos prosseguissem?
11. Quais bancos de dados eu poderia acessar para obter análises de caráter empírico?
12. Dê exemplos de casos de sucesso ou fracasso da aplicação do Programa.
13. Atualmente quantas unidades do Programa estão em funcionamento em todo país?
14. Quais cidades receberam unidades do Proinfância?
15. Quantas unidades estão em processo de construção? Dessas quantas estão em andamento e quantas estão paralisadas?
16. Ainda existe possibilidade dos municípios conseguirem unidades do programa? Em caso negativo, qual o motivo? Em caso positivo de que maneira?
17. No seu entender, qual(is) seria(m) o(s) principal(ais) protagonista(s) na execução do Programa no âmbito do Município? Poderia justificar a sua resposta?

18. Dentro da estrutura do Governo Federal, que outros agentes seriam importantes de se contatar?
19. Em relação aos projetos arquitetônicos, há uma feedback sobre a utilização do prédio, no sentido de fazer melhorias para futuros projetos?
20. Quais comentários o Senhor gostaria de acrescentar?

APÊNDICE D - Questionário para aplicação com as famílias atendidas pela unidade do Proinfância da cidade de Monte Alto -SP

1. Qual o seu grau de parentesco da criança matriculada na Proinfância?

() Pai () Mãe () Avô(a) () Irmão(ã) () Padrasto/ Madrasta () Outros

2. Idade do entrevistado (a)

() Entre 18 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Mais de 50 anos

3. Escolaridade

() Analfabeto () Primeiro grau incompleto () Primeiro grau completo

() Segundo grau incompleto () Segundo grau completo () Superior incompleto

() Superior completo () Pós Graduação

4. Quantas pessoas estão empregadas na casa? _____

5. A mãe da criança está empregada atualmente?

() Sim () Não

6. Qual a faixa salarial da família?

() Menor que 1 salário mínimo (menos que R\$ 937,00)

() De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,00 até R\$ 2.811,00)

() De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.811,00 até 5.622,00)

() De 6 a 10 salários mínimos (de R\$ 5.622,00 até R\$ 9.370,00)

7. Quantas pessoas moram na casa da criança? _____ E quantas são crianças? _____

8. Do total de crianças da casa:

7.1 Qual a idade delas?

7.2 7.2 Colocar as que estão matriculadas, e em que ano.

1. _____

1. _____

2. _____

2. _____

3. _____

3. _____

4. _____

4. _____

7.3. Matriculadas na Pró infância

7.4 Há quantos anos?

1. _____

1. _____ anos

2. _____

2. _____ anos

3. _____

3. _____ anos

4. _____

4. _____ anos

9. A criança aguardou na lista de espera para ser matriculada?

() Não () Sim Quanto tempo? _____ Quantas
delas? _____

10. Antes da matrícula no Proinfância a criança frequentava outra escola?

() Não () Sim Qual? _____

10.1 Se não, onde ficavam?

() Irmãos

() Pagava para alguém cuidar na casa dela

() Pagava para alguém cuidar na casa da criança

() Avó ou Avô

() Nenhum deles Especificar: _____

11. A falta de vaga em creche impediu a mãe de ingressar e/ou procurar algum emprego?

() Sim () Não () Só quando não tinha ninguém para cuidar

12. Depois da matrícula na creche:

a. Você tem observado que seu filho tem mais facilidade para andar, segurar melhor os objetos, pular com mais facilidade? (Desenvolvimento Motor)?

() sim () não () não observei

b. Você tem observado que seu filho tem esperado mais sua vez, dividido os brinquedos, respeitado às regras e aos limites? (Desenvolvimento SocioAfetivo)?

() sim () não () não observei

c. Você tem observado que seu filho tem respondido aos estímulos sonoros e visuais com mais facilidade? (Desenvolvimento Cognitivo)

() sim () não () não observei

13. Você conhece a estrutura da creche (prédio, salas, brinquedos, cozinha)

() Sim () Não Qual motivo? _____

14. Caso a resposta da questão anterior seja positiva, como classifica as seguintes estruturas da creche:

a. Pátio/Área ao ar livre

() Bom () Regular () Ruim

b. Playground

()Bom ()Regular ()Ruim

c. Área coberta

()Bom ()Regular ()Ruim

d. Acesso às salas

()Bom ()Regular ()Ruim

e. Salas de aulas

()Bom ()Regular ()Ruim

f. Quantidade de crianças por turma

()Bom ()Regular ()Ruim

g. Materiais de ensino/aprendizagem e espaços para atividades específicas como descanso, leitura e artes.

()Bom ()Regular ()Ruim

APÊNDICE E – Questionário situacional das unidades de primeira infância

1. Nome da Escola:

2. Dados Informativos:

Endereço:

CEP:

Telefones:

E-mail:

Código CIE:

3. Nome da diretora:

4. Nome do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) ou outra função administrativas de coordenação ou direção:

5. Modalidades de Ensino oferecida:

6. Período de funcionamento:

7. Ato de Autorização da Escola (D.O.E.):

Instalação:

Resolução SE:

8. Histórico da unidade escolar

8.1 História do Patrono

8.2 Descrição das potencialidades da comunidade na qual a escola está inserida (contar um pouco das características da comunidade, do bairro.

9. Equipe de educadoras

Nº.	NOME	Formação Superior? Em caso positivo, qual curso?	Especialização na área de educação? Em caso positivo, qual?	Tempo que trabalha no atendimento às crianças junto à Prefeitura Municipal.
1				
2				
3				

10. Equipe de apoio técnico administrativo

Nº.	NOME	Função de Concurso	Formação Superior? Em caso positivo, qual curso?	Tempo que atua na Prefeitura Municipal	Tempo que atua na unidade de ensino.
1					
2					
3					

11. Equipe de apoio operacional

Nº.	NOME	Função que é concursado	Tempo que atua na Prefeitura Municipal	Tempo que atua na unidade de ensino.
1				
2				
3				

12. Quadro de alunos matriculados

Turma	Quantidade – Período Manhã	Quantidade – Período Tarde	Quantidade – Integral
Berçário I			
Berçário II			
Maternal I			
Maternal II			
Jardim			
Pré Escola			

13. Lista de espera de vagas por turma

Turma	Quantidade
Berçário I	
Berçário II	
Maternal I	
Maternal II	
Jardim	
Pré Escola	

14. A unidade escola de tem associação de pais e mestres, em caso positivo como é composta?

15. Espaço físico da escola:

16. Acessibilidade:

17. Principais festividades da unidade educacional

APÊNDICE F – Transcrição da entrevista com Cisele Ortiz, coordenadora adjunta do Instituto Avisá-la.

TC: Como funciona o trabalho do Avisa Lá

CO: Nós temos uma parceria com o MEC via UNICEF. Por quê? Por essas questões administrativas, o MEC não pode contratar diretamente uma ONG, ele só pode ter formação com Universidades Federais, Então nós não podíamos ter diretamente um vínculo com o MEC. Ai o MEC apresentou uma proposta para a UNICEF e a UNICEF nos contratou, para fazer o que?

Em primeiro lugar a gente teve esse programa aqui olha que também serviu como documento. Você conhece esse material?

TC: Não, não conheço...

Então, ele foi feito em parceria com o “CEDE” e UFSCAR, era para implantar uma das partes, porque assim, o PROINFANCIA faz parte de um conjunto muito grande, né, de orientações de implementação da educação infantil no Brasil. Então teve as diretrizes curriculares, teve vários documentos de apoio as diretrizes. Esses foram os primeiros documentos que foram feitos, que são das práticas promotoras de igualdade racial na educação infantil, que é onde tudo começa de fato, né. Então a gente já teve essa primeira aproximação com o MEC para produzir esse material. Ai depois o MEC nos chamou para fazer esse outro material, que é diretrizes em ação.

O diretrizes em ação tem a intensão de colocar as diretrizes dentro da escola, então, o que a gente tem que pensar, o que a gente tem que fazer para que as diretrizes ganhem concretude dentro da escola. Então a gente fez uma programa de formação lá no Maranhão e a partir do Maranhão nós trabalhamos 20 municípios em dois polos um em Atins e o outro em Imperatriz, então é a realidade como ela é. Estamos falando de uma média e municípios, como é que a gente implanta na verdade as diretrizes no cotidiano. E é um programa de formação que tem aqui: o que você tem que olhar, o que você tem que pensar... São guias está vendo? A parte de vídeos que a gente produziu...Aqui também tem vídeo que a gente produziu... Por que? Porque você tem que olhar as realidades e pensar a partir delas. E isso aqui foi produzido diretamente para as unidades do Proinfância.

Ai, qual outra parceria que a gente fez com o MEC. A gente tem alguns programas de educação e uns programas de formação, porque assim, o Avisa Lá, já te passo também para você conhecer, você entrou no nosso site? A gente tem 30 anos de atuação em educação infantil e ensino fundamental, a gente sempre teve

parcerias com empresas para financiar o nosso trabalho, para a gente trabalhar gratuitamente nas unidades de escolares.

Ao longo de 10 anos a gente trabalhou com a C&A fazendo formação de creches aqui na cidade de São Paulo, aí a C&A lançou o desafio da gente levar esse mesmo programa para outros municípios, aí a gente começou a discriminar pelo Brasil. Aí o outro desafio foi o de que vocês tem que atingir onde não dá para chegar, então vamos fazer o programa de formação a distância. Então a gente tem o programa de formação a distância em parceria com o MEC teve toda uma seleção, foi bastante grande para gente trabalhar com vinte, primeiro foram 19 municípios na Bahia, onde as creches do Proinfância estavam sendo construídas, este era o critério do MEC.

TC: E a formação era com as agentes que trabalhariam com as crianças?

CO: Não! Trabalhariam direto numa equipe técnica do município, equipe técnica da SME. A gente forma a equipe técnica para ela formar os diretores e coordenadores para eles formarem os professores, cozinheiras e faxineiras, a gente chama de uma formação em cadeia. Por quê?

Porque a gente acredita que todo mundo é responsável, pela aprendizagem, pela criança que está lá. Não dá para julgar essas agências externas, você tem que fortalecer o município para que ele tenha competência para fazer essa formação continuada, você não pode desvincular supervisão da formação, por exemplo: se o supervisor vai lá na creche e encontra uma série de dificuldades, ele tem que fazer uma formação, para mudar essa realidade, é isso que a gente acredita. Então, na primeira edição a gente trabalhou com 19 municípios na Bahia, pois é uma região mais... enfim, que o MEC precisava olhar com mais cuidado...

TC: Vulnerabilidade Social?

CO: É, uma região mais vulnerável, com menos recursos etc. E na primeira edição a gente trabalhou com 19 municípios que estavam nesse processo Proinfância, durante 3 anos a gente fez esse trabalho. Aí teve uma avaliação externa, e na segunda edição a gente está trabalhando com 20 municípios de diferentes regiões do Brasil. E esse municípios aí, nessa segunda edição, o critério era que o Proinfância estivesse em funcionamento que era para lidar mais com as realidades das questões do Proinfância.

Eu vejo assim: em 1º lugar, existe uma proposta pedagógica que antecede a construção e que não foi discutida com ninguém. Tem as diretrizes, mas você não

sabe na verdade, como é que você colocar isso em ação, dentro do programa Proinfância que tem prédio e que tem que traduzir essa proposta pedagógica.

Então, além dessa padronização, do ponto de vista físico que não atende as necessidades em um todo, também tem uma questão que ele tem por trás uma proposta pedagógica clara, que não está explicitada na hora que você constrói a coisa, então as pessoas não sabem o que fazer, por exemplo, essa questão da cozinha que você mesmo deu.

Na educação infantil, não importa o tamanho do município, é super importante que a comida seja feita lá. Isso é pedagógico, não é uma questão de logística, não é uma questão de facilidade, de recurso, por quê? Porque você deixa a criança próxima da produção de alimentos ela vai sentir o cheiro daquela comida sendo preparada, ela vai poder participar da elaboração do cardápio daquele alimento, tem toda uma educação nutricional e alimentar que parte dessa questão da cozinha, então ela não é somente um adereço a mais, ela faz parte da proposta pedagógica.

Você vai em alguns lugares, por exemplo, que a cozinha está no centro, porque os cheiros e que as cozinheiras estão fazendo, é como se fosse um aquário, todo mundo vê, todo mundo participa, a gente não pode pensar que esse processo de alimentação de uma criança que fica 10, 12 horas na escola a parte, independente, ele faz parte da proposta pedagógica da escola. Então tem esse princípio por exemplo. Bebê, se você está recebendo bebê, você tem que fazer toda a alimentação separada, e tem um monte de regras de higiene que as crianças vão aprendendo e vão se colocando ali naquela situação. Nas creches do Proinfância tem uma entradinha, não sei se você se lembra, tem como se fosse um mini corredor na entrada de cada sala, ai depois a sala abre, você lembra disso?

TC: Sim, me lembro!

CO: Então para que serve esse mini corredor? Eu fui visitar esses municípios e ninguém sabia para que isso servia, qual a intenção disso. Para mim, do ponto de vista pedagógico ele é super importante para acolher as crianças, você não chega com a criança já, naquele espaço grande, então é o lugar que ela pode guardar a mochila dela, lugar onde pode ter um espelho, pode se despedir dos pais, o pai e a mãe pode ficar ali com ela antes dela entrar naquele universo maior, ele é menor, é mais baixo, então é uma possibilidade dela se aproximar daquela rotina.

Então, tem o espaço externo maravilhoso, fantástico, que você vê as pessoas tiram as árvores para poder construir, ai as árvores não crescem logo, ai não tem

sombra e as crianças não saem, ou faz muito frio e as crianças não saem. Então assim, tem que ter uma forma de orientar que enquanto as árvores não crescem, o que que a gente faz nesse pátio? Porque as crianças estavam sem usar esse pátio, ou era muito sol ou era muito frio. Como assim gente? A criança tem que ficar fora, tem toda uma proposta pedagógica oculta aí para quem está participando do Proinfância, isso tinha que estar junto, casado.

TC: É nunca vi nenhuma explicação né, disso assim, pelo menos na internet eu pesquisei bastante. Não tem, não acha.

TC: Você saberia me dizer por exemplo, porque em algumas salas tem um quatinho sem janela, não sei se você se recorda?

CO: Que tem um vidro, que é para a criança dormir?

TC: Não, tem um lugar assim que não tem. Você tem as salas, como de fato você falou, o corredor, aí você tem a sala ampla, aí aqui você tem um salinha sem janela.

CO: Então, não era para você fazer o dormitório aí? Mas é esquisitíssimo!

TC: É, mais nossas agentes lá, são agentes de educação infantil, elas falam: “Não, pelo amor de Deus, as crianças passam mal aí dentro...”

CO: Claro, fora que tem alguns que enchem isso aqui de berço e não cabem as crianças, tem um monte de berço enorme, tem aquelas cadeiras de amamentação e as pessoas não sabem que precisa ter esse momento, que precisa valorizar esse momento da amamentação, que precisa recolher esse leite materno e dar para a criança esse leite materno. Então tem um monte de questões de pedagógica, de saúde da criança que está longe ainda, e não é só no Proinfância essa questão. Acho que a questão pedagógica é prioritária para você construir qualquer ambiente, você vai construí a partir da sua proposta, não é verdade?

TC: Sim, sim!

CO: O espaço físico, ele reflete as concepções que a gente tem, de criança, de ensino, de aprendizagem, de desenvolvimento. Aquele espaço tem que estar organizado para atender aquelas concepções. Então assim, o que que aconteceu no Proinfância. Eu acho do ponto de vista de você dar um estímulo para aprender a meta do PNE foi maravilhoso e assim, a gente precisava ter isso, é uma pena que a gente não conseguiu as seis mil que a gente queria no Brasil todo, alguns municípios que são mais rápidos, mais ágeis, que estão antenados, conseguiram seis, dez creches, outros não conseguiram nenhuma, ficaram aí nessa barra funda. Tem município que

está super....a creche está lá, num lugar que absolutamente ninguém faria creche, porque ela não tem acesso, porque é um buraco, entendeu? Vai inundar aquilo lá. E tem esse lado, foi importante para dar visibilidade que existe uma proposta que é importante que se atenda essa meta, que as crianças precisam disso, é um complemento da ação da família, vamos dar visibilidade para a questão, principalmente creche né? Mas por outro lado, ela foi engessada, na primeira fase ela foi muito engessada em relação ao espaço físico, agora a gente já vê milhões de adaptações, as pessoas já puseram a mão na proposta né, no projeto arquitetônico para atender essa diversidade do Brasil, principalmente de clima né, principalmente de clima, porque ela é uma creche muito quente né por um lado, e por outro tem um espaço muito aberto...

TC: É, no pátio eles reclamam, tanto que elas pediam que era para colocar um vidro, porque quando chove e quando venta ninguém fica lá.

CO: Mas vidro pelo amor de deus, ai vira um aquário, o pessoal do sul pôs vidro, ai teve que por ar-condicionado. Então assim, existem mil arranjos que viraram uma balburdia em função principalmente do clima, sol, chuva e frio.

Esse pátio tem uma coisa interessante de agregar os grupos lá, os agrupamentos pra lá, de poder fazer várias atividades diferentes nesse pátio, nesse pátio coberto, mas para isso também precisa de formação, precisa desse aconchego, precisa de algumas divisórias, precisaria pensar ali num outro recurso para isso né?

Então desse ponto de vista eu acho que foi bom, porém eu acho que precisava dessas adequações, precisava deixar muito claro, precisava ter uma formação em relação a proposta pedagógica do Proinfância, e a gente tenta para esses 20 vinte municípios, talvez se você pudesse até entrevistar esses municípios que receberam formação e que tenham o Proinfância em funcionamento, acho que seria interessante para a sua pesquisa, mesmo que você fizesse a distância, aqueles formulários lá...

TC: Do google docs?

CO: Isso. Fora que a gente tem dados deles né, de participação... A gente vai visitar esses municípios todos, faz parte da proposta.

TC: Eu consigo no site esses 20 municípios ou não?

CO: Eu acho que talvez consiga, você tem que entrar programa de educação infantil Santander.

TC: E são 20 municípios específicos do Proinfância?

CO: É, um dos critérios que a gente teve para que fosse selecionado era que tivesse o Proinfância em funcionamento.

TC: Legal, gostei! E sempre com as equipes técnicas?

CO: Sempre, a gente pede 3 pessoas de cada município, duas do pedagógico e uma para trabalhar na saúde e bem-estar, porque a gente acredita, nem sempre a gente consegue recurso para fazer isso e de 0 a 6 não dá para você separar, saúde e educação, cuidados, cuidar e educar que a gente fala que é insociável, só que se você nunca faz uma formação para os cuidados, porque você acha que os cuidados já estão resolvidos e não estão resolvidos, não estão mesmo.

Quando era assistência que a gente dizia que só cuida, mesmo assim cuidava do ponto de vista da assistência e não do ponto de vista de aprender a cuidar de si, aprender a cuidar do outro, aprender a cuidar do ambiente. Então a gente tem também esse âmbito na formação, não só do pedagógico, mas de cuidar da saúde e do bem estar das crianças. Então, tem a questão da troca, tem a questão da lavagem de mãos que é super importante, ninguém ensina a criança a lavar a mão e é um hábito que vai pro resto da vida dela. Tem a questão de aprender a limpar o nariz, as vezes em lugares mais quentes isso não seja tão problemático, mas aqui em São Paulo, é um problema nariz sujo.

Outra questão é você poder escovar dente, você pode ter controle das doenças das crianças, você ter uma boa parceria com o serviço de saúde, não só daquele programa saúde na escola, mas com o MEC você olha mesmo os protocolos das unidades, então o gestor da unidade ele tem que estar olhando para todas essas coisas, o programa pedagógico e a saúde e bem estar que a gente chama. Então essa equipe técnica pra gente é composta por três pessoas, a gente tem dois seminários presenciais em São Paulo que todos os municípios vem para cá.

TC: Gostei dessa palavra: Pedagógico e saúde bem estar.

CO: A gente tem dois seminários presenciais aqui em São Paulo, o programa traz essas pessoas, a gente paga para duas o município paga para uma, é caro né, você imagina.

TC: Não seria mais fácil vocês fazerem lá no Estado?

CO: Em cada cidade?

TC: Thiago: Não, não seria mais fácil fazer em cada Estado e eles irem?

CO: É muito disperso.

TC: Thiago: É mais fácil vir para cá.

CO: O único Estado que a gente tem 3 municípios é o Rio Grande do Sul o resto é um cada lugar, é mais fácil vir para São Paulo também, entendeu, e mais barato também.

TC: No Estado de São Paulo vocês tem?

CO: Temos! A gente tem outros programas parecidos, esse daqui tem esse nome porque ele é associado ao Santander, mas a gente tem igual, com outros nomes por causa dos parceiros, ele começou com o Formar em Rede, porque é isso que a gente queria, como é que a gente faz essa formação? Em rede, na rede de formação infantil que atinja esses municípios a distância. Então a gente tem municípios financiados por vários parceiros, tem município que paga do próprio bolso. No Estado de São Paulo a gente tem, faz parte desse daqui, mas não sei se todos eles tem Proinfância, a gente tem Itapira, que é nosso parceiro a muito tempo, a gente tem Lençóis Paulista, a gente tem Atibaia, a gente tem Ourinhos...Ourinhos faz parte do que?

Então e depois a gente tem uma plataforma onde esses municípios recebem todos os subsídios para fazer essa formação, eles tem que se comprometer a pelo menos uma vez por mês juntar lá os diretores e os CPs para fazer a formação em um dos focos que a gente tem. A gente tem vários focos pedagógicos a gente da foco porque a gente precisa aprofundar, não é um curso que nem de uma universidade, cada dia uma aula diferente, então a gente trabalha com aproximações da cultura escrita e principalmente leitura pelo professor, leitura pela criança, escrita pelo professor, escrita pela criança, então tem aproximações com a cultura escrita, tem desenho, é outra questão muito séria né? Tudo feito pelo professor, desenho biografado. Então essa é outra questão, a cidade em si, não tem outra proposta pedagógica, ou então ela tem uma proposta pedagógica que não valoriza a produção da criança, ou ela tem sistema de ensino, ela leva aquilo pra esse prédio, para o Proinfância, então também não faz muito sentido né?

A gente tem cultura escrita, desenho, onde eu coloquei o outro tem mais um, a gente tem um agora, é uma cidade do interior Santa Cruz do Rio Pardo, a gente vai ter a partir do ano que vem uma proposta de trabalho lá, que a gente vai trabalhar com movimento e alimentação, é uma questão para diminuir a obesidade.

Ai gente qual é o terceiro foco?! Cultura escrita, a gente tem matemática 4 a 6, crianças de 4^a a 6.

TC: O nosso Proinfância hoje está funcionando só de 0 a 3.

CO: Ah, não tem de 0 a 5.

TC: Não! O 4,5 e 6 atende em uma outra unidade.

CO: Nas EMEI's

TC: É, unidade pública, então o Proinfância ficou com 0 a 3.

CO: Outra questão Importante do Proinfância é o tamanho. A gente na nossa concepção até 150 crianças é o bom, é o melhor, mais do que isso essas creches dobradas né, que atendem 240 é muito estressante, você provoca uma situação de estresse para a criança e para quem trabalha, porque é muita gente pequena junta.

TC: Nos temos 110 crianças de 0 a 3

CO: Ótimo, é bastante, é bastante! Mas 150 a gente diria que é um número bom de você administrar. Administrar o número de crianças, o número de famílias, cuidar bem, promover inteirações muito interessantes. A gente briga muito aqui em São Paulo no nosso Plano Municipal de Educação, a gente tem grandes brigas para diminuir a proporção educador criança, é muito alta.

TC: La nós temos 12 por...

CO: Não bebês né?

TC: Não, bebês eu acho que são 6! 6 bebês.

CO: É a proposta do Proinfância!

TC: São 6 bebês! Maiores já, que estão andando são 12! Já assim com 3 anos são 12!

CO: Então, a gente tem que brigar para que essas proporções sejam menores para promover boas interações você entendeu?

Porque senão fica massificante, você fazer uma proposta pedagógica massificante para os bebês de 0 a 3, significa você ter uma interferência negativa no crescimento delas, muita responsabilidade, para elas você tem essa cozinha central também?

TC: Também!

CO: Os alimentos dos bebês não são feitos lá na creche na hora?

TC: Então, dos bebes é outra realidade ne! Porque eu me recordo inclusive, que o leite que era dado para os bebês, era um leite comum de caixinha ou em pó, leite que você toma, que eu tomo, até que foi substituído por um leite próprio para a idade e tal. Então, essas questões específicas são feitas na creche, temos crianças com diabetes, mas assim, o grosso da coisa...

CO: A papinha?

TC: Então, eu confesso que preciso me aprofundar nisso viu, mas eu acho que as crianças tem que comer comida já! Crianças de 3 anos.

CO: Então, isso é uma questão que tem a ver com essa coisa do cuidado né?

TC: Eu nunca vi dar papinha para as crianças.

CO: Nem para os pequeninhos, seis meses?

TC: Eu nunca vi, eu acho que eu nunca fui nos horários.

TC: Ai muita reclamação também em relação ao Proinfância com problemas de pássaros e pombas, é muita pomba fazendo ninho, fazendo cocô dentro dos pratos das crianças...

CO: Vocês não puseram tela?

TC: Como? Não tem como!

CO: Tem sim!

TC: Elas entram por baixo! Num outro bairro foi construída uma unidade com recursos do Governo do Estado através do Programa Creche Escola neste modelo a escola ela é alta, ela é arejada mas ela não tem espaço para esse problema. Fora que você anda nos corredores né, não sei se você já conhece, as salas tem um vidro, então dá para ver o que a educadora está fazendo com a criança, né! Então eu construí, a creche do Proinfância.

CO: Olha, essa é uma outra questão pedagógica, não que eu quero te dar aula, mas...

TC: Eu sou professor! Mas eu sou professor de ensino superior, então eu não sou pedagogo, eu sou engenheiro, quero aprender.

CO: Desculpa o que eu vou falar, mas esse vidro não é pra gente olhar o que as criança estão fazendo, é para as crianças olharem o que a gente está fazendo. Devia ser muito mais vidros. Vidros não são para ficar vigiando, entendeu?

TC: Eu estou vendo uma proposta errada! Nós conseguimos ver o trabalho que está sendo feito, porque as vezes nos É isso? (Risos)

CO: Não! (Risos)

TC: Então me explica porque eu estou vendo a proposta errada!

CO: Não, na verdade tinha que ter mais vidro ainda, para as crianças terem acesso ao mundo lá fora, ficar confinada dentro de casa.

TC: Tá certo, não é para nós vermos, é para as crianças então...

CO: É para elas verem vocês, ver quem passa! Para quem passa... Então, é assim, para vida entendeu... Tem aqueles terracinhos lá atrás?

TC: Tem!

CO: O Proinfância também tem né? Mas ele é mais sub utilizado...

TC: Tem

CO: É muito árido aqui em geral...

CO: As professores tem que buscar formação para aprenderem a ver o espaço com olha pedagógico. Você tem que garantir o que ta lá na LDB e no piso nacional, 30% da carga horária desse povo é da formação, você tem que garantir isso!

TC: Começou a ter, mesmo que de forma tímida.

CO: Precisa ter!

TC: As creches não tinham! Até para a creche? Porque eles não são professores, eles são agentes de educação infantil!

CO: São professores sim, se eles te processarem você tá preso! Porque eles são professores, não importa o nome que você dê, pela lei, eles são professores, só pode atuar com crianças, na educação quem é professor, ou você acha que não?

TC: Certo

CO: São professoras, não importa o nome que você der! Pode ler meu livro ai, ser professor de bebês, você deve ter esse livro, porque o MEC distribuiu para todo mundo, “cuida, educar e brincar numa única ação”

Ser professor de bebês: cuida, educar e brincar numa única ação.

Tudo que você faz para os bebês tem essas três dimensões, é isso que fala esse livro, então a pessoa mais importante de toda a cadeia é o professor, ele tem que ser mais especializado que o professor universitário...filho, você vai lá e dá um livro para um aluno e fala assim: Se vira!! Como é que você faz isso com um bebê? Ele tem que ter muitos conhecimentos de diferentes áreas de psicologia de pedagogia de antropologia enfim...

TC: Cisele, mais uma vez agradeço a atenção e todos os ensinamentos que compartilhou.

CO: Sou quem agradeço a oportunidade de falar do trabalho do nosso instituto. Vou te dar algumas produções nossas, mas também não deixe de acessar o site, lá tem muito conteúdo bacana.

ANEXOS

ANEXO A – Declaração de Autorização**PREFEITURA DE MONTE ALTO**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 1416 - Centro - Monte Alto - SP
Telefone: (16) 3244 3112
seceduca@montealto.sp.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador, Thiago Aparecido Cetroni, RG 40.569.723-5, aluno regularmente matriculado no mestrado profissional em Análise e Planejamento de Políticas Públicas, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Franca, tendo como tema de sua pesquisa: "Programa Proinfância: um estudo de caso na cidade de Monte Alto – SP", com a orientação do Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes e co-orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Bovério, está autorizado a realizar pesquisa na unidade do proinfância deste município, denominada de EMEB "Laís Amanda Adriano", situada à Rua Ana De Souza Callegari, nº 421.

Monte Alto, 01 de agosto de 2017.

Sueli Hipólito Amantéa
Secretária de Educação

ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROGRAMA PROINFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MONTE ALTO - SP

Pesquisador: THIAGO APARECIDO CETRONI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 73533317.9.0000.5408

Instituição Proponente: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.241.806

Apresentação do Projeto:

O projeto apresentado atende ao que se exige em termos de análise do ponto de vista da ética em pesquisa com seres humanos para a área de ciências sociais aplicadas.

Objetivo da Pesquisa:

Estão claramente descritos e classificados de forma intelegível.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios mereceram um tratamento explícito na documentação anexada e revelam que o pesquisador tem deles consciência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está estruturada de modo a revelar coerência e consistência das ações nela previstas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão acostados adequadamente. Apenas não aparecem os instrumentos de investigação a serem aplicados aos segmentos a serem entrevistados e os colaboradores respondentes. Isso ocorre porque o pesquisador justifica por meio da metodologia que apenas a pesquisa documental e regulamentar poderá permitir a construção desses instrumentos.

Recomendações:

Não há recomendações.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 2.241.806

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_810695.pdf	22/08/2017 21:40:28		Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	22/08/2017 21:38:52	THIAGO APARECIDO CETRONI	Aceito
Outros	autorizacao_secretariaEducacao_pesquisaMestrado.jpg	05/08/2017 20:21:13	THIAGO APARECIDO CETRONI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ppatualizado.docx	05/08/2017 20:20:38	THIAGO APARECIDO CETRONI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO.pdf	09/07/2017 21:29:19	THIAGO APARECIDO CETRONI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 28 de Agosto de 2017

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: ___

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ___ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

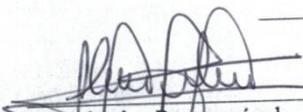
CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **PROGRAMA PROINFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MONTE ALTO – SP.**

O projeto de pesquisa será conduzido por Thiago Aparecido Cetroni, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, orientado pelo Prof. Dr. **Alvaro Martim Guedes**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Araraquara e co-orientado pela **Prof. Dra. Maria Aparecida Bovério** pertencente ao quadro docente da Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Rio Claro enquanto pós doutoranda. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A pesquisa busca analisar como ocorre a formação continuada dos docentes na educação infantil e a partir disso, verificar de que maneira tais formações contribuem para a prática pedagógica. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de

Assinatura do participante



 Pesquisador Responsável

Nome: Thiago Aparecido Cetroni

Endereço: Rua Chico Mendes Seringueiro, 571- Monte Alto/SP - Tel: (16) 99605 63 93

E-mail: profthiagocetroni@hotmail.com

Orientador

Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes - Tel: (16) 9 9711 60 07

UNESP-FCL/CAR - Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – CEP 14800-901, Araraquara, SP.

Co-orientadora

Profa. Dra. Maria Aparecida Bovério - Tel: (16) 9 9709 32 14

FATEC Taquaritinga - Av. Dr. Flávio Henrique Lemos, 585 - Portal Itamaracá, CEP 15900-000 Taquaritinga, SP. UNESP Rio Claro - Avenida 24 A, 1515 - CEP 13506-900 Rio Claro, SP

ANEXO D – Lista de Diretorias que integram as doze Secretarias Municipais responsáveis pela gestão administrativa do município

Relação das vinte e seis diretorias que de acordo com a Lei Complementar 192/2005 e suas complementações formam a estrutura administrativa do município de Monte Alto para a gestão das políticas públicas

1. Departamento Administração de Materiais;
2. Departamento Administração;
3. Departamento Contábil;
4. Departamento de Administração e Projetos;
5. Departamento de Administração, finanças, patrimônio e alimentação escolar;
6. Departamento de Agricultura;
7. Diretor de Meio Ambiente;
8. Departamento de Articulação institucional e parcerias;
9. Departamento de Convênios;
10. Departamento de Cultura;
11. Departamento de Educação;
12. Departamento de Esporte e lazer;
13. Departamento de Indústria;
14. Departamento de Marketing
15. Departamento de Turismo;
16. Departamento de Proteção Social Básico;
17. Departamento de Saúde;
18. Departamento de Tecnologia da Informação;
19. Departamento de Tributos e Rendas;
20. Departamento Higiene e Vigilância;
21. Departamento Licitação;
22. Departamento Obras e Infraestrutura;
23. Departamento Proteção Social Especial;
24. Departamento Recursos Humanos;
25. Departamento Serviços Públicos;
26. Departamento Trânsito.

ANEXO E – Documento enviado via SIMEC das providências tomadas pelo município em relação a inconformidade da cobertura da passarela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO

Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 1390 - Centro
Cep 15.910.000 – Monte Alto –SP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



Convênio N. 702237/2010

Processo: 23400.01.0236/2009-93 FNDE

ID: 11759

Assunto: Regularização de Obra

1. (123825) Cobertura executada em desconformidade com o Projeto. As vigas (longarinas) da cobertura da passarela, que deveriam ser de concreto armado foram executadas em pranchões de madeira.

a) Novo Projeto assinado pelo responsável técnico, autor do Projeto

Não houve alteração no projeto arquitetônico inicial. O design foi mantido, porém, houve uma mudança de material utilizado (madeira de lei x concreto). Para garantir a resistência e durabilidade necessária para a cobertura da passarela foram mantidas as especificações técnicas para um redimensionamento da seção do novo material (madeira de lei).



b) ART do referido Projeto

Engenheiro Jair Duran – CREA/SP 0601409640
ART N. 92221220150917343 (em anexo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO

Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 1390 - Centro
Cep 15.910.000 – Monte Alto –SP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



Convênio N. 702237/2010

Processo: 23400.01.0236/2009-93 FNDE

ID: 11759

Assunto: Regularização de Obra

1. (123825) Cobertura executada em desconformidade com o Projeto. As vigas (longarinas) da cobertura da passarela, que deveriam ser de concreto armado foram executadas em pranchões de madeira.

c) Planilha comparativa de custos (solução anterior x solução atual), informando o destino a ser dado para as diferenças de valores (se for menor o custo da situação atual) ou declarando ser a Prefeitura a responsável pela despesa gerada (caso seja maior).

Item	Descrição	Referência	un	Quant.	Preço un. PM SEM BDI	Preço un. PM com BDI	Preço parcial PM com BDI
1.0	Situação Executada - Madeira de Lei						
1.1	Prancha (longarina) em Madeira de Lei - secção 5 x 30 cm - 6 metros	orç	pç	4,00	310,00		1.240,00
1.2	Prancha (longarina) em Madeira de Lei - secção 5 x 30 cm - 2,5 metros	orç	pç	2,00	129,34		258,68
1.3	Mão de obra técnica qualificada - carpinteiro	orç	un	1,00	200,00		200,00
						TOTAL	1.698,68
2.0	Situação Projetada - Concreto Armado - Vigas - (VC21-VC29- VC55-VC-58)						
2.1	Armadura	Licitação	kg	82,85	4,60	5,61	464,79
2.2	Forma (uso 2 vezes)	Licitação	m ²	14,70	20,00	24,40	358,68
2.3	Concreto 25 Mpa	Licitação	m ³	2,24	276,00	336,72	754,25
						TOTAL	1.577,72
	Diferença entre materiais					TOTAL	120,96

A importância de R\$ 120,96 (cento e vinte reais e noventa e seis centavos) a maior considerando a diferença entre as situações executada e projetada foram assumidas pela Prefeitura Municipal como forma de contrapartida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO
Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 1390 - Centro
Cep 15.910.000 – Monte Alto –SP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



Convênio N. 702237/2010
Processo: 23400.01.0236/2009-93 FNDE
ID: 11759

Assunto: Regularização de Obra

2. (123825) Cobertura executada em desconformidade com o Projeto. As vigas (longarinas) da cobertura da passarela, que deveriam ser de concreto armado foram executadas em pranchões de madeira.

d) Justificativa técnica devidamente assinada pelo Engenheiro e/ou Arquiteto responsável da Prefeitura pela fiscalização da obra, apresentando as razões da alteração e sua anuência com o Projeto apresentado

Eu, Jair Duran, Responsável Técnico da Prefeitura de Monte Alto, Engenheiro Civil, devidamente credenciado no CREA/SP sob n. 0601409640, **DECLARO** para os devidos fins e direitos que estou de acordo com a execução dos serviços realizados pela empresa contratada na cobertura da passarela, considerando:

- Não houve alteração no projeto arquitetônico inicial;
- O design foi mantido, e o que realmente aconteceu foi uma mudança de material utilizado (madeira de lei x concreto);
- Material utilizado (madeira de lei) em perfeitas condições e especificações técnicas adequadas, não comprometendo a resistência da estrutura em questão;
- Rapidez na execução levando-se em conta a disponibilidade de mão de obra qualificada – carpinteiro;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO**

Rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, 1390 - Centro
Cep 15.910.000 – Monte Alto –SP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



Convênio N. 702237/2010
Processo: 23400.01.0236/2009-93 FNDE
ID: 11759

Assunto: Regularização de Obra

- 1. (123825) Cobertura executada em desconformidade com o Projeto. As vigas (longarinas) da cobertura da passarela, que deveriam ser de concreto armado foram executadas em pranchões de madeira.**
- e) Termo de Responsabilidade Técnica pela solidez da obra diante da execução estrutural de forma divergente do projeto.**

Eu, Jair Duran, Responsável Técnico da Prefeitura de Monte Alto, Engenheiro Civil, devidamente credenciado no CREA/SP sob n. 0601409640, apresento a ART N. 92221220150917343 e **DECLARO** para os devidos fins e direitos que a execução dos serviços realizados pela empresa contratada na cobertura da passarela, garante a solidez total da estrutura.

MONTE ALTO, 08 DE JULHO DE 2015

JAIR DURAN – ENG. CIVIL CREA 0601409640

ART Nº 92221220150917343

ANEXO F – Análise Técnica do FNDE sobre uso de Saldo para implementação de Projeto Técnico de Segurança Contra Incêndio para obtenção de AVCB

18/07/2018

SIMEC- Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação



SIMEC- Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
Ministério da Educação / SE - Secretaria Executiva
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

Impresso por: JAIR DURAN
Orgão:
Hora da Impressão: 18/07/2018 - 08:50:04

Dados da Obra
Projeto Executivo
Licitação
Contratação
Cronograma
Vistorias
Recursos
Documentos
Galeria de Fotos
Restrições e Inconformidades
Solicitação de Desembolso
Solicitações
Funcionamento da Obra
Cumprimento do Objeto
Execução Financeira

Situação atual: **Concluída** | Última atualização: **14/09/2015** | Fiscal da Unidade: JAIR DURAN | Lista de Opções

Tipo de ensino: Educação Básica

Município - UF: Monte Alto - SP

Obra: (11759) 702237 - Esc. Educ. Infantil Tipo B - Proinfância - Construção - MONTE ALTO/SP

Para acessar o obras 1 e ver o histórico desta obra clique aqui .

Solicitações

Solicitação N° 2164

Solicitação Solicitar Uso de Saldo

Situação Diligência

Justificativa A obra em questão está concluída, mas para que possamos inaugurá-la de forma segura e de acordo com o Decreto Estadual: 56.819/2011 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, e, desta forma, atender a demanda de vagas para as crianças, é necessária a instalação de dispositivos e equipamentos de combate a incêndio. Sendo assim, pedimos a utilização do saldo, o qual é de R\$ 101.468,97 (cento e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos). Este valor será utilizado, inicialmente, para a contratação de uma empresa especializada em engenharia para a elaboração de Projetos Técnicos de Segurança Contra Incêndio (Projeto Básico em anexo), e , posteriormente, para a execução do projeto, o qual será enviado por este canal para análise e aprovação.

Inserido por SILVIA APARECIDA MEIRA

Data da Análise 17/02/2016

Analisado por ROBERTA BARBOSA DIAS

Análise FNDE

Observações

Diligência por ROBERTA BARBOSA DIAS (17/02/2016):

"Os documentos enviados foram analisados, porém encontram-se pendentes para atender a solicitação de Uso de Saldo dos Recursos provenientes de Aplicação Financeira. Todas as pendências estão listadas na Análise de Engenharia desta solicitação."

Diligência por MARCELO PEREIRA DE SOUZA (25/11/2015):

"Atender as solicitações apontadas na diligência da referida Análise verificando todos itens. Revisar a justificativa e a observação, encaminhar ofício da solicitação, e os documentos pertinentes à solicitação para análise, conforme orientações. Ressaltamos que toda solicitação para uso de saldo e rendimentos da aplicação financeira deve ser encaminhada através de ofício assinado pelo prefeito (a) e acompanhada das referidas documentações para análise (projetos completos, ART, planilhas de custos etc), conforme parâmetros do FNDE."

Ver Análise



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
 SBS Q.2 Bloco F Edifício FNDE - 70.070-929 - Brasília, DF
 E-mail: obras@fnde.gov.br

Checklist - Análise de Engenharia - CGIMP/DIGAPE/FNDE

Brasília, 18 de Julho de 2018

Senhor(a) Prefeito(a) JOAO PAULO DE CAMARGO VICTORIO RODRIGUES da prefeitura de Monte Alto - SP.

Tipo de ensino:	Educação Básica
Empreendimento:	(11759) 702237 - Esc. Educ. Infantil Tipo B - Proinfância - Construção - MONTE ALTO/SP
Município - UF:	Monte Alto - SP
Obra:	(11759) 702237 - Esc. Educ. Infantil Tipo B - Proinfância - Construção - MONTE ALTO/SP
ID Solicitação:	2164
Tipo Solicitação:	Uso de Saldo
Técnico:	ROBERTA BARBOSA DIAS
Coordenador:	FÁBIO LÚCIO DE A. CARDOSO

(novo) Checklist Uso de Saldo/Alteração de Projeto/Troca de Serviço

Aba Análise de Engenharia

1) Vigência

1.1) O pacto entre o FNDE e o proponente para a execução do objeto está vigente?

Sim

Observação

Vencimento 14/03/2016.

2) Justificativa Técnica

2.1) A justificativa apresentada para a solicitação é passível de aceitação?

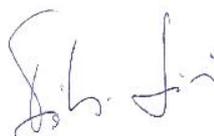
Não

Observação

Foi solicitado, na última análise de engenharia, que anexasse o Ofício de Solicitação de Uso de Saldo com sua justificativa, indicando todos os serviços solicitados, assinado pelo prefeito. O ofício não foi encaminhado.

<p>3) Serviços Solicitados</p> <p>3.1) O terreno onde será implantado o objeto pactuado é o mesmo que foi aprovado originalmente?</p> <p>Não se aplica</p> <p>Observação</p> <p>Não informado.</p> <p>3.2) Foi constatado que os serviços solicitados a serem executados na obra não constam na planilha originalmente aprovada?</p> <p>Não</p> <p>Observação</p> <p>o município apresentou um novo projeto de prevenção e combate a incêndios, porém sem considerar que vários itens já constam na planilha originalmente conveniada com o FNDE e que foram pagos. É necessário apresentar uma planilha orçamentária suprimindo os itens já pagos pelo FNDE.</p>
<p>4) Planilha Orçamentária</p> <p>4.1) A planilha orçamentária apresentada está de acordo com as referências adotadas pelo FNDE?</p> <p>Não</p> <p>Observação</p> <p>O município anexou um orçamento feito por uma empresa, o que não é aceito. É necessário enviar planilha orçamentária com os serviços necessários à execução do projeto, descontando os itens já financiados pelo FNDE, com relação aos serviços de combate e prevenção a incêndios, e seguindo as orientações abaixo: 1) Os valores deverão ser adotados conforme a tabela SINAPI/SP com desoneração da Caixa Econômica Federal acrescidos de BDI até limite 27.7%. Deverá incluir os códigos da Tabela SINAPI na descrição dos serviços da planilha orçamentária. 2) Caso os itens não se encontram na tabela SINAPI, deverá apresentar 03 (três) cotações de mercado, devidamente identificadas com fornecedor e datas e assinadas pelo responsável pela cotação do orçamento.</p> <p>4.2) A descrição dos serviços e seus respectivos quantitativos estão de acordo com aqueles indicados nos projetos?</p> <p>Não</p> <p>Observação</p> <p>O projeto deverá apresentar e indicar quais os itens já financiados pelo FNDE, compatibilizando-o com o projeto de prevenção e combate de incêndios do FNDE.</p>
<p>5) Cronograma Físico-Financeiro</p> <p>5.1) A finalização da execução dos serviços propostos será anterior ao fim da vigência do pacto entre o FNDE e o proponente?</p> <p>Não</p> <p>Observação</p> <p>Não foi possível avaliar o cronograma físico financeiro, visto que não foi anexado para análise.</p> <p>5.2) Os períodos apresentados no cronograma físico-financeiro estão de acordo com a realidade de execução dos serviços propostos?</p> <p>Não</p> <p>Observação</p> <p>Não foi possível avaliar o cronograma físico financeiro, visto que não foi anexado para análise.</p>
<p>6) Projetos</p> <p>6.1) Foram apresentados todos os elementos gráficos necessários ao entendimento da proposta de execução dos serviços propostos?</p> <p>Não</p>

Observação O projeto foi apresentado com todas as informações, porém não considerou o projeto já financiado pelo FNDE, para prevenção e combate de incêndios. O projeto deverá apresentar e indicar quais os itens já financiados pelo FNDE, compatibilizando-o com o projeto de prevenção e combate de incêndios do FNDE.
6.2) Os projetos apresentados estão acompanhados das respectivas responsabilidades técnicas, nos casos em que estas forem necessárias?
Não
Observação Não foi enviada a ART/RRT, referente aos projetos e do sistema e projeto de PCI a ser apresentado, compatíveis com as legislação e corpo de bombeiro local para sua respectiva aprovação.
7) Alterações no Objeto Pactuado
7.1) Foi constatado que a execução dos serviços propostos não acarretará em alterações arquitetônicas, técnicas ou funcionais significativas do objeto pactuado?
Sim
Observação Não informado.



FÁBIO LÚCIO DE A. CARDOSO
Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST
Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais - DIGAP
Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE

ANEXO G – Termo de compromisso PAR Nº 201500189 para aquisição de equipamentos para a unidade do Proinfância

19/11/2015

sim.ec.mec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201500189

EXTRATO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR					
IDENTIFICAÇÃO DO ENTE FEDERADO					
01 - PROGRAMA(S) PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS				02 - EXERCÍCIO 2014	
03 - Nº PROCESSO 23400011281201422					
04 - NOME DA PREFEITURA PREF MUN DE MONTE ALTO				05 - N.º DO CNPJ 51.816.247/0001-11	
06 - ENDEREÇO RUA DR. RAUL DA ROCHA MEDEIROS 1390 - CENTRO			07 - MUNICÍPIO MONTE ALTO	08 - UF SP	
IDENTIFICAÇÃO DO(A) PREFEITO(A)					
09 - NOME SILVIA APARECIDA MEIRA				10 - CPF 101.716.268-93	
DADOS DA OBRA ATENDIDA					
ID OBRA ATENDIDA	Nº PROCESSO DA OBRA ATENDIDA	Nº CONVÊNIO/ANO DA OBRA ATENDIDA	SUBAÇÃO		
11759	23400.010236/2009-93	702237 /2010	4.2.11.2008		
11759	23400.010236/2009-93	702237 /2010	4.2.11.2009		
IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AÇÕES FINANCIADAS					
SUBAÇÃO	TIPO	TIPO DE SUBAÇÃO	METAS QUANTITATIVAS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
4.2.11.2008	CONJUNTO PARA ALUNO TAMANHO 01 - CJA-01 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	24	R\$ 134,60	R\$ 3.230,40
4.2.11.2008	BERÇO COM COLCHÃO - BÇ1 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	16	R\$ 609,00	R\$ 9.744,00
4.2.11.2008	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS - C6 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	4	R\$ 203,98	R\$ 815,92
4.2.11.2008	MESA DE REUNIÃO - M7 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	1	R\$ 269,29	R\$ 269,29
4.2.11.2008	ESCORREGADOR COM RAMPAS E UMA ESCADA DE DEGRAUS EM POLIETILENO - ES (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	1	R\$ 219,99	R\$ 219,99
4.2.11.2008	CONJUNTO PARA PROFESSOR - CJP-01 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	4	R\$ 179,70	R\$ 718,80
4.2.11.2008	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 01 - CJC-01 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	16	R\$ 369,90	R\$ 5.918,40
4.2.11.2008	BANCO RETANGULAR MONOBLOCO - B1 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	12	R\$ 424,26	R\$ 5.091,12
4.2.11.2008	CONJUNTO DE COLCHONETE PARA REPOUSO (4 UNIDADES) - CO3 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	12	R\$ 505,00	R\$ 6.060,00
4.2.11.2008	TÚNEL LÚDICO EM POLIETILENO - TL (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	1	R\$ 1.760,00	R\$ 1.760,00
4.2.11.2008	ARMÁRIO ALTO EM AÇO COM DUAS PORTAS DE ABRIR - AM4 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	4	R\$ 550,49	R\$ 2.201,96
4.2.11.2008	POLTRONA INDIVIDUAL ESTOFADA - PO (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	4	R\$ 430,00	R\$ 1.720,00
4.2.11.2008	MESA DE TRABALHO EM TAMPO ÚNICO - M6 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	4	R\$ 359,50	R\$ 1.438,00
4.2.11.2008	CONJUNTO PARA ALUNO TAMANHO 03 - CJA-03 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	24	R\$ 118,00	R\$ 2.832,00
4.2.11.2008	CADEIRA FIXA COM BRAÇOS - C7 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	10	R\$ 77,00	R\$ 770,00

<http://sim.ec.mec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293>

1/5

19/11/2015

sim.ec.m.ec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293

4.2.11.2008	GIRA-GIRA OU CARROSEL - CR (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
4.2.11.2008	CASINHA DE BONECA MULTICOLORIDA EM POLIETILENO - CS (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	1	R\$ 1.803,00	R\$ 1.803,00
4.2.11.2008	CADEIRA ALTA PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS - C1 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	6	R\$ 142,00	R\$ 852,00
4.2.11.2008	GANGORRA COM MANOPLAS DUPLAS EM POLIETILENO - GA (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
4.2.11.2008	CONJUNTO DE COLCHONETE PARA TROCADOR (3 UNIDADES) - CO2 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	2	R\$ 289,00	R\$ 578,00
4.2.11.2008	ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO COM 12 PORTAS - AM2 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	4	R\$ 620,00	R\$ 2.480,00
4.2.11.2008	MESA RETANGULAR MONOBLOCO - M1 (PROINFÂNCIA)	MOBILIÁRIO	6	R\$ 760,32	R\$ 4.561,92
4.2.11.2009	BATEDEIRA PLANETÁRIA 5 LITROS - BT1 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
4.2.11.2009	BATEDEIRA PLANETÁRIA 20 LITROS - BT2 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00
4.2.11.2009	PURIFICADOR DE ÁGUA - PR (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	3	R\$ 729,90	R\$ 2.189,70
4.2.11.2009	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS - AR2 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	2	R\$ 1.830,00	R\$ 3.660,00
4.2.11.2009	FREEZER VERTICAL - FZ (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 2.589,33	R\$ 2.589,33
4.2.11.2009	ESPRESSO DE FRUTAS CÍTRICAS - EP (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 633,75	R\$ 633,75
4.2.11.2009	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS - AR3 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	2	R\$ 1.159,99	R\$ 2.319,98
4.2.11.2009	PROCESSADOR DE ALIMENTOS/CENTRÍFUGA (DOMÉSTICO) - MT (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
4.2.11.2009	FOGÃO 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO - FG2 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 305,67	R\$ 305,67
4.2.11.2009	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE DE 8 KG - MQ (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 1.034,98	R\$ 1.034,98
4.2.11.2009	BALANÇA DIGITAL 15 KG - BL1 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 604,50	R\$ 604,50
4.2.11.2009	GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE - RF2 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	2	R\$ 1.464,00	R\$ 2.928,00
4.2.11.2009	FORNO DE MICROONDAS 30 L - MI (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	2	R\$ 319,05	R\$ 638,10
4.2.11.2009	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 8L - LQ1 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 760,00	R\$ 760,00
4.2.11.2009	MIXER DE ALIMENTOS - MX (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 122,34	R\$ 122,34
4.2.11.2009	BEBEDOURO ELÉTRICO CONJUGADO COM DUAS COLUNAS - BB1 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	5	R\$ 1.097,50	R\$ 5.487,50
4.2.11.2009	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS - RF1 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 4.005,00	R\$ 4.005,00
4.2.11.2009	BALANÇA PLATAFORMA 150KG - BL2 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 769,99	R\$ 769,99
4.2.11.2009	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS - FG1 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 1.482,33	R\$ 1.482,33
4.2.11.2009	LIQUIDIFICADOR SEMI-INDUSTRIAL 2 LITROS - LQ2 (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	3	R\$ 644,40	R\$ 1.933,20
4.2.11.2009	MÁQUINA DE LAVAR LOUCAS INDUSTRIAL TIPO MONOCÂMARA - LV (PROINFÂNCIA)	EQUIPAMENTOS	1	R\$ 10.200,00	R\$ 10.200,00
TOTAL GERAL			191	R\$ 45.977,76	R\$ 101.129,17

11 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIROMês INICIAL:
02/2015Mês FINAL:
02/2016

http://sim.ec.m.ec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293

2/5

19/11/2015

sim.ec.m.ec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293

EMPENHOS		
SUBAÇÃO	NÚMERO	VALOR
4.2.11.2008	2014NE659582	R\$ 53.864,80
4.2.11.2009	2014NE659581	R\$ 47.264,37
TOTAL EMPENHO		R\$ 101.129,17

12 – ETAPAS OU FASES (SE HOUVER)

Considerando o que dispõe a LEI Nº 12.695, DE 25 DE JULHO DE 2012 e a Resolução/CD/FNDE Nº 14/2012, a Prefeitura Municipal de MONTE ALTO compromete-se a executar as ações elaboradas no Plano de Ações Articuladas – PAR, conforme extrato supra e com as condicionantes a seguir estabelecidas:

I – Executar todas as atividades inerentes à aquisição dos bens e serviços discriminados acima, objeto deste Termo de Compromisso, referentes às ações delimitadas no Plano de Ações Articuladas – PAR, elaborado e aprovado.

II – Executar os programas em conformidade com as normas específicas editadas pelo FNDE para execução do PAR e das demais ações financiadas.

III - Executar os recursos financeiros transferidos pelo FNDE/MEC, exclusivamente, no cumprimento das ações pactuadas neste Termo de Compromisso e dentro do cronograma de execução estabelecido.

IV - Utilizar os recursos financeiros transferidos pelo FNDE/MEC, exclusivamente, e no cumprimento do objeto pactuado, responsabilizando-se para que a movimentação dos recursos ocorra somente para o pagamento das despesas previstas neste Termo de Compromisso ou para aplicação financeira, devendo a movimentação realizar-se, restritivamente, por meio eletrônico, no qual seja devidamente identificada a titularidade das contas correntes de fornecedores ou prestadores de serviços, beneficiários dos pagamentos realizados pelo município, sendo proibida a utilização de cheques, conforme dispõe o Decreto nº 7.507/2011.

V - Incluir no orçamento anual do município os recursos recebidos para execução do objeto deste Termo de Compromisso, nos termos estabelecidos no § 1º, do art. 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

VI - Providenciar a regularização da referida conta corrente na agência indicada, procedendo à entrega e à chancela dos documentos necessários a sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes, outorgando ao FNDE/MEC a condição de, sempre que necessário, obter junto ao banco os saldos e extratos da referida conta, inclusive os das aplicações financeiras, bem como o direito de solicitar seu encerramento, bloqueio, estorno ou transferência de valores, nos casos estipulados nos artigos 12, § 4º e 13 da Resolução CD/FNDE Nº 14/2012.

VII - Responsabilizar-se pelo acompanhamento das transferências financeiras efetuadas pelo FNDE, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados a seu favor.

VIII - Aplicar os recursos recebidos, enquanto não forem utilizados em sua finalidade, obrigatoriamente em caderneta de poupança, aberta especificamente para o Programa, quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou aplicá-los em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês. Responsabilizar-se ainda por efetivar a aplicação financeira vinculada à mesma conta corrente, na qual os recursos financeiros foram creditados pelo FNDE/MEC, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação dar-se-á mediante vinculação do correspondente número de operação à conta já existente.

IX - Destinar os rendimentos das aplicações financeiras, após aprovação do FNDE, exclusivamente às ações do

19/11/2015

sim.ec.mec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293

presente Termo de Compromisso, incluindo-os nas mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, devendo tais rendimentos ser obrigatoriamente computados a crédito da conta corrente específica;

X - Assumir a responsabilidade de efetuar as aquisições descritas no presente Termo de Compromisso, por adesão às Atas de Registros de Preços do FNDE, quando houver, e, na ausência destas, realizar licitações para as contratações necessárias à execução das ações delineadas no PAR aprovado, obedecendo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estando ciente que o aceite a este termo de compromisso gera automaticamente adesão às atas de registro de preços da autarquia para os itens contemplados neste instrumento.

XI – Lançar em patrimônio, vistoriar, garantir a guarda e conservar os materiais e bens permanentes, discriminados no Plano de Ações Articuladas e adquiridos com recursos federais, sob pena de, não o fazendo, arcar com a restituição financeira do motante correspondente, inclusive pela instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) caso necessário.

XII - Assegurar e destacar obrigatoriamente a participação do governo federal e do FNDE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução das ações pactuadas no cronograma estabelecido neste Termo de Compromisso, respeitando as orientações relativas a condutas a serem adotadas no período eleitoral.

XIII - Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Termo de Compromisso, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos.

XIV - Emitir os documentos comprobatórios das despesas em nome do município, com a identificação do FNDE/MEC, do PAR e do presente Termo de Compromisso, bem como arquivar as vias originais em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas referidos no Capítulo VI, da Resolução CD/FNDE Nº 14/2012.

XV - Permitir o livre acesso aos órgãos de controle e ao FNDE a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o objeto pactuado.

XVI – Apresentar, sempre que solicitado, ao FNDE/MEC ou a seu(s) representante(s) legalmente constituído(s) a via original de todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos transferidos.

XVII - Prestar esclarecimentos sobre a execução física e financeira do Programa, sempre que solicitado pelo FNDE/MEC, por órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público ou por órgão ou entidade com delegação para esse fim.

XVIII - Não considerar os valores transferidos no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

XIX - Prestar contas ao FNDE/MEC dos recursos recebidos, no prazo e nas condições estipuladas na Resolução CD/FNDE Nº 14/2012.

XX - Manter em seu poder, à disposição do FNDE/MEC, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, os comprovantes das despesas efetuadas à conta do programa, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a que se refere o exercício do repasse dos recursos, a qual será divulgada no sítio eletrônico www.fnde.gov.br.

XXI - Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de

19/11/2015

sim.ec.mec.gov.br/par/par.php?modulo=principal/teladeassinatura&acao=A&dopid=50293

eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Compromisso, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora.

XXII - Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Compromisso.

Declaro, em complementação, que o ente federado cumpre com as exigências do art. 169 da Constituição Federal, que trata dos limites de despesa com pessoal e que os recursos próprios de responsabilidade do ente federado estão assegurados, conforme a Lei Orçamentária Municipal.

Brasília/DF, 25 de FEVEREIRO de 2014.

SILVIA APARECIDA MEIRA

PREF MUN DE MONTE ALTO

VALIDAÇÃO ELETRÔNICA DO DOCUMENTO

Validado por SILVIA APARECIDA MEIRA - CPF: 101.716.268-93 em 27/02/2015 12:31:40

ANEXO H – Planta Baixa do Projeto Padrão – Proinfância Tipo B

